



Indicadores Sociais do CEARÁ 2018

IPECE Instituto de Planejamento e Estatística do Ceará



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Planejamento e Gestão

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE

Indicadores Sociais do CEARÁ 2018

Fortaleza - CE
2020

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Camilo Sobreira de Santana – Governador

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)
José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

João Mário Santos de França – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Marília Rodrigues Firmiano – Diretora de Estudos de Gestão Pública

Ricardo Antônio de Castro Pereira – Diretor de Estudos Sociais

Rafaela Martins Leite Monteiro – Gerência de Estatística, Geografia e Informação

COORDENAÇÃO:

Ricardo Antônio de Castro Pereira

ELABORAÇÃO:

Jimmy Lima de Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

Luciana de Oliveira Rodrigues (Assessora Técnica)

Raquel da Silva Sales (Assessora Técnica)

Victor Hugo de Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

COLABORAÇÃO:

Rayén Heredia Peñaloza (Técnica)

Brysa dos Santos Fernandes (Estagiária)

João Bosco Gurgel Filho (Estagiário)

Indicadores Sociais do Ceará - 2018.

Fortaleza, IPECE, 2020.80p.: graf. tabs.

1 - Estatística - indicadores sociais. 2- Ceará. 1 – Título.

ISSN: 1983-4934

Copyright 2019 IPECE

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº | Edifício SEPLAG | Térreo – Cambéba
Fones: (85) 3101-3496 | 3101-3521 | Fax: (85) 3101-3500
CEP: 60830-120 | Fortaleza - CE.
ouvidoria@ipece.ce.gov.br
www.ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense, os Indicadores Sociais do estado com a série de dados atualizada para ano de 2018.

A presente edição do documento foi um produto do trabalho realizado pela Equipe da Diretoria de Estudos Sociais, onde foram realizadas análises de indicadores utilizando como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC, bem como seu Suplemento de Educação publicado a partir de 2016.

A primeira parte do estudo consiste em um breve resumo de 26 indicadores, onde são apresentadas comparações do panorama do Ceará em relação ao Brasil. Além disto, também são feitas análises das taxas de variações destes mesmos (a nível estadual, regional e nacional) a curto prazo, isto é, comparando o ano de 2018 a 2017, e a longo prazo, comparando o ano de 2018 ao início da série em 2012.

Quanto à segunda parte, são realizadas análises mais específicas de cada área, dentre as quais encontram-se: Demografia, Condições dos Domicílios, Educação, Mercado de Trabalho e Pobreza e Desigualdade. Estas análises temáticas dos indicadores delimitam-se ao período de tempo de 2012 (ano no qual teve início a PNADC) a 2018, quando disponíveis, quando não, como no caso de Educação e Condições de Domicílios, somente de 2016 a 2018.

Destarte, espera-se contribuir para o melhor discernimento do diagnóstico das necessidades primordiais do estado do Ceará, bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas ao longo dos últimos anos em comparação com o Nordeste e o Brasil.

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretor da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES	7
PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	17
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	18
1.1 População total e taxa de urbanização	18
1.2 Razão sexo e população por faixa etária	19
1.3 Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil	21
1.4 Razão dependência	23
1.5 Cor ou raça	24
2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS	26
2.1 Condições da habitação	26
2.1.1 <i>Número de Domicílios e de Moradores</i>	27
2.1.2 <i>Tipo do Domicílio</i>	27
2.1.3 <i>Condição de ocupação</i>	28
2.1.4 <i>Material da parede, Telhado e Piso</i>	30
2.2 Serviços básicos	32
2.2.1 <i>Esgotamento sanitário</i>	32
2.2.2 <i>Domicílios ligados à rede geral de abastecimento</i>	33
2.2.3 <i>Lixo</i>	34
2.2.4 <i>Energia elétrica</i>	35
2.3 Posse de bens e serviços	36
2.3.1 <i>Geladeira e Máquina de lavar</i>	37
2.3.2 <i>Automóvel e Moto</i>	39
3. EDUCAÇÃO	41
3.1 Taxas de analfabetismos	41
3.2 Escolaridade	44
3.3 Taxas de frequência escolar	48
4. MERCADO DE TRABALHO	52
4.1 População Fora da Força de Trabalho	52
4.2 População Desocupada	56
4.3 Informalidade	58
4.4 Rendimento do Trabalho Principal	61

4.5 Jovens fora da Escola e sem Ocupação	63
5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA MONETÁRIA	65
5.1 Rendimento domiciliar per capita	66
5.2 Desigualdade de renda	69
5.3 Pobreza monetária	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79

PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES

RESUMO DOS INDICADORES

A seguir realiza-se uma breve análise dos principais indicadores socioeconômicos do estado do Ceará em um comparativo com o Brasil e Nordeste para o ano de 2018. Além disto, também são feitas comparações entre os anos, contemplando um período de tempo mais curto (comparativo entre 2018 e 2017), e outra comparação a longo prazo, onde serão analisados os anos de 2018 e 2012. Tal escolha de período foi feita devido à substituição da PNAD pela PNAD-Contínua, a partir de 2012. Não obstante, há a ausência de indicadores (referentes a saneamento básico e educação) na comparação a longo prazo, uma vez que estes sofreram alterações metodológicas e encontram-se disponíveis a partir do ano de 2016.

Com o intuito de avaliar a evolução dos indicadores sociais do Ceará em relação ao restante do país, cria-se uma medida sintética onde os indicadores nacionais são utilizados como referência. Mais especificamente, tal medida consiste na média cuja composição se dá por dois tipos de indicadores:

- (1) Indicador do tipo “quanto maior, melhor” (sinalizado por ↑):

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

- (2) Indicador do tipo “quanto menor, melhor” (sinalizado por ↓):

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Tanto nestes dois casos, quanto de maneira agregada, para que o Ceará se encontre em melhor situação em relação ao nível nacional, o valor obtido desta relação deve ser superior a 100%, por conseguinte, uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes. Caso o valor resultante seja inferior a 100%, deduz-se que a média cearense encontra-se em pior situação do que a brasileira.

Os resultados destes indicadores para o ano de 2018 são ilustrados através do gráfico radar. Assim, é possível ter uma visualização melhor da situação do Ceará em comparação ao Brasil.

Esta primeira parte comparativa se baseia em 26 indicadores intersetoriais (das áreas de demografia, condições dos domicílios, educação, mercado de trabalho e pobreza e desigualdade) apresentados a seguir:

- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)
- Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média (em pessoas de 25 anos ou mais) (↑)
- Taxa de analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais) (↓)
- Percentual de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (15 anos ou mais) com pelo menos o ensino fundamental completo (↑)
- Percentual da população (19 anos ou mais) com pelo menos o ensino médio completo (↑)
- Percentual da população (25 anos ou mais) com nível superior completo (↑)
- Percentual da população (14 anos ou mais) fora da força de trabalho (↓)
- Percentual da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial (↓)
- Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada (↓)
- Proporção da população (14 anos ou mais) desocupada (↓)
- Proporção da população (14 anos ou mais) ocupada informalmente (↓)
- Rendimento médio mensal real (↑)
- Índice de Gini (Desigualdade de renda) (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (R\$)(↑)
- Rendimento domiciliar *per capita* das pessoas com os 40% dos menores rendimentos (↑)
- Razão entre o rendimento domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres (↓)
- Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população (↓)
- Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população (↑)
- Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* até R\$ 89 (↓)
- Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 1,9/dia PPP 2011(↓)
- Percentual das pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo(↓)

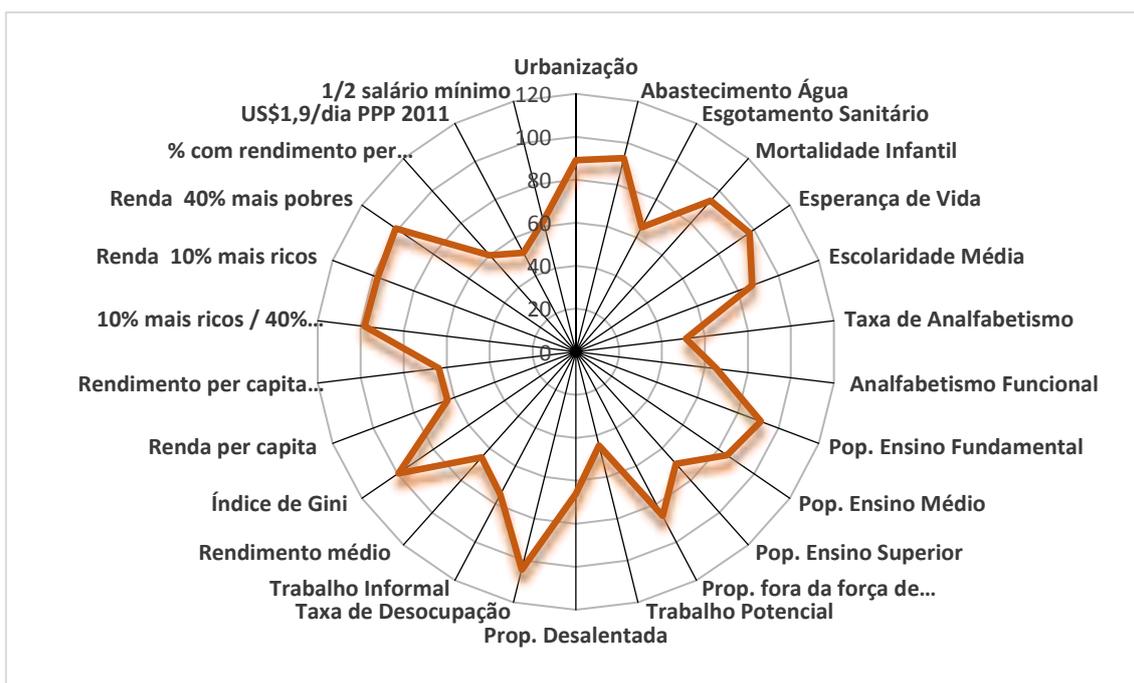


Gráfico 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2018

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Como ilustrado pelo Gráfico 1, em 2018, o Ceará obteve uma média de 78,01% do nível nacional quando analisados todos os 26 indicadores. Isto é, o Ceará se aproxima em 78% da realidade nacional quanto a indicadores de demografia, educação, saneamento básico, mercado de trabalho e pobreza e desigualdade.

Em termos específicos, o Ceará deixa a desejar nos indicadores relacionados ao analfabetismo, tanto na taxa de analfabetismo absoluto (representando apenas 51,12% do patamar nacional), quanto no analfabetismo funcional (65,31% da proporção brasileira). Obteve desempenho inferior também na proporção de domicílios cearenses com esgotamento sanitário adequado, sendo este 65,46% quando comparada à proporção brasileira. O percentual da população com rendimento domiciliar *per capita* de até R\$ 89 reais também se encontra distante da realidade nacional, representando apenas 60% desta mesma. Por último, o indicador que apresentou o maior distanciamento da realidade nacional (45%) é referente à proporção da população cearense considerada como força de trabalho potencial.

No entanto, quando passamos a analisar aqueles que obtiveram melhor desempenho no quadro comparativo à média nacional, o maior destaque também se dá dentro do mercado de trabalho, onde a taxa de desocupação ultrapassa o Brasil, de maneira positiva, obtendo uma

marca de 104,34%. Isto é, em quesitos de população desocupada, o quadro do mercado de trabalho do Ceará encontra-se em melhor situação quando comparado à situação nacional. Dentro do tema de desigualdade, alguns indicadores também aproximam o Ceará do patamar nacional, como é o caso da proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos, bem como a renda acumulada pelos 40% mais pobres da população cearense, além da razão entre o rendimento domiciliar *per capita* destes dois grupos (98,26%) e o próprio índice de Gini que aproximou-se em 99,45% do índice em nível nacional. Fora do âmbito de pobreza e desigualdade, outros indicadores também se aproximaram bastante, como o abastecimento de água (92,77%), a taxa de mortalidade infantil (93,93%), a esperança de vida (97,37%) e a proporção da população com ensino fundamental completo (91,31%).

O Quadro 1 a seguir apresenta um resumo de todos os 26 indicadores para Ceará, Nordeste e Brasil.

Quadro 1: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2018

INDICADORES		Valores em 2018		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,1	74,3	85,6
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	79,6	80,2	85,8
3	Proporção de Domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%)	43,4	44,6	66,3
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	13,2	15,3	12,4
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	74,3	73,6	76,3
6	Escolaridade Média (em pessoas de 25 anos ou mais)	8,1	7,9	9,3
7	Taxa de Analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais)	13,3	13,9	6,8
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional (em pessoas de 15 anos ou mais)	22,2	23,4	14,5
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	58,9	55,3	64,5
10	Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	42,6	41,6	49,9
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	11,5	11,3	16,5
12	Proporção da população (de 14 anos ou mais) fora da força de trabalho	44,1	45,2	38
13	Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial	16,9	19,6	7,6
14	Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada	11,5	14,2	7,6
15	Proporção da população (14 anos ou mais) desocupada	11,5	14,5	12
16	Proporção da população (14 anos ou mais) ocupada informalmente	61,9	62,1	46,4
17	Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal (R\$)	1.419	1.441	2.163
18	Índice de Gini (Desigualdade de renda)	0,548	0,545	0,545
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)	848	815	1337
20	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> das pessoas com os 40% dos menores rendimentos (R\$)	216	201,7	339,1
21	Razão entre o rendimento domiciliar <i>per capita</i> dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	17,3	17,3	17
22	Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	44,1	42,7	43,1
23	Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	10,2	9,9	10,1
24	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> até R\$89	7	8,4	4,2
25	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a US\$1,9/dia PPP 2011	12,5	13,6	6,5
26	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 1/2 salário mínimo	46,9	48,7	29,4

Fonte: PNADc-IBGE. Elaboração IPECE

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

Uma vez feita a comparação entre o panorama dos indicadores sociais do Ceará, Nordeste e Brasil, são realizadas investigações para o estado ao longo dos anos. Os Quadros 2 e 3 a seguir fazem comparações a curto (2018/2017) e longo prazo (2018/2012), respectivamente.

Com respeito à variação de curto prazo, isto é, a variação percentual do ano de 2017 para o ano de 2018 (Quadro 2), podemos destacar os seguintes fatos:

- ✓ O grau de urbanização (-1,04%), o abastecimento de água (-0,25%) e esgotamento sanitário (-3,34%) considerados como adequados são indicadores onde o Ceará teve a pior evolução em comparação com o Nordeste e Brasil.
- ✓ Além disto, o mercado de trabalho informal também teve uma variação percentual positiva (1,64%) maior do que o Brasil e o Nordeste e o rendimento médio mensal da população cearense teve uma queda maior (-3,34%) ao compararmos da mesma maneira.
- ✓ Apesar da esperança de vida ao nascer haver variado muito pouco e de maneira equivalente ao Nordeste (+0,27%), a taxa de mortalidade infantil apresentou queda considerável de -4,35%, praticamente igual a apresentada pelo Nordeste (-4,38%), porém melhor que a do Brasil (-3,13%).
- ✓ Entre os indicadores na área de educação, o Ceará destacou-se do Brasil e Nordeste em todos, apresentando as melhores variações no período de tempo de um ano. Destaca-se assim, o aumento de 15% na população cearense com ensino superior completo e uma redução de mais de 6,7% na taxa de analfabetismo funcional.
- ✓ Enquanto isso, o mercado de trabalho, como já citado anteriormente, apesar de apresentar pior evolução em dois indicadores, todos os demais apresentaram a melhor evolução no quadro comparativo, onde a proporção da população cearense fora da força de trabalho foi a única que apresentou uma redução (-1,12%). Além disto, o Ceará também se destaca dentro dos indicadores do mercado de trabalho por apresentar a maior redução (-6,5%) da população considerada como desocupada.
- ✓ Por último, o Ceará destacou-se do Brasil em 4 indicadores de pobreza e desigualdade e em outros 4 do Nordeste. Valendo o destaque positivo que a proporção de pessoas com rendimento inferior a US\$1,9 por dia variou

negativamente (-1,57%), enquanto no Nordeste e Brasil apresentou variações positivas de 0,74% e 1,56%, respectivamente.

Quadro 2: Resumo dos Indicadores Sociais. Variação percentual de 2018 em relação a 2017.

INDICADORES		Valores 2018/2017		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-1,04	-0,67	-0,23
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	-0,25	0,00	0,12
3	Proporção de Domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%)	-3,34	-0,67	0,45
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-4,35	-4,38	-3,13
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	0,27	0,27	0,39
6	Escolaridade Média (em pessoas de 25 anos ou mais)	3,85	2,60	2,20
7	Taxa de Analfabetismo (em pessoas de 15 anos ou mais)	-6,34	-4,14	-2,86
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional (em pessoas de 15 anos ou mais)	-6,72	-3,31	-3,33
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	3,88	2,41	1,42
10	Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	5,70	4,26	2,67
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	15,00	9,71	5,10
12	Proporção da população (de 14 anos ou mais) fora da força de trabalho	-1,12	0,44	0,53
13	Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial	4,97	8,29	15,15
14	Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada	7,48	14,52	15,15
15	Proporção da população (14 anos ou mais) desocupada	-6,50	-0,68	-4,00
16	Proporção da população (14 anos ou mais) ocupada informalmente	1,64	-0,16	1,09
17	Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal	-3,34	-0,48	2,32
18	Índice de Gini (Desigualdade de renda)	0,18	-1,62	1,30
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)	2,17	-0,37	4,05
20	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> das pessoas com os 40% dos menores rendimentos	0,89	0,50	1,62
21	Razão entre o rendimento domiciliar <i>per capita</i> dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	1,76	-3,89	3,66
22	Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	-0,23	-3,39	1,17
23	Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	-0,97	1,02	-2,88
24	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> até R\$89	2,94	3,70	2,44
25	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a US\$1,9/dia PPP 2011	-1,57	0,74	1,56
26	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 1/2 salário mínimo	0,21	1,67	0,00

Fonte: PNADC-IGBE. Elaboração IPECE

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

A seguir, como citado anteriormente, o Quadro 3 apresenta a variação percentual dos mesmos indicadores para o período de 2012 a 2018. No entanto, é importante fazer a ressalva de que os indicadores de saneamento básico, abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como os referentes à área de educação, não foram incluídos devido à indisponibilidade dos mesmos para o ano de 2012. Assim sendo, temos:

- ✓ Neste período de tempo, o Ceará, comparado ao Nordeste e Brasil, encontrou-se em pior situação apenas em três indicadores: grau de urbanização com aumento de 0,79%, a esperança de vida ao nascer que teve um aumento de apenas 1,92% e o rendimento médio mensal da população cuja variação foi de 1,43%.
- ✓ Não obstante, apesar do melhor desempenho do Ceará, relativamente ao Brasil e Nordeste, deve-se destacar que, tanto a proporção da população considerada como desocupada, como a desalentada cresceram, respectivamente, mais de 49% e 74% no período de 6 anos, entre 2012 e 2018.
- ✓ Finalmente, com relação à pobreza e desigualdade, o índice de Gini recebe destaque somente em relação ao índice nacional ao se elevar em 0,18% no período. O Ceará apresentou a maior evolução quanto à renda domiciliar per capita, cujo crescimento foi de 9,7%. Além disto, a população cearense com os 40% dos menores rendimentos teve aumento em sua renda domiciliar per capita de 8,22%, crescimento bem acima do Nordeste e Brasil.

Quadro 3: Resumo dos Indicadores Sociais. Variação percentual de 2018 em relação a 2012.

INDICADORES		Valores 2018/2012		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,79	1,64	1,06
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)*	-	-	-
3	Proporção de Domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%)*	-	-	-
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-25,00	-25,37	-21,02
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	1,92	2,36	2,42
6	Escolaridade Média (pessoas de 25 anos ou mais) *	-	-	-
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) *	-	-	-
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional (pessoas de 15 anos ou mais de idade) *	-	-	-
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo*	-	-	-
10	Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo*	-	-	-
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo*	-	-	-
12	Proporção da população (de 14 anos ou mais) fora da força de trabalho	-3,29	4,15	-1,30
13	Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como força de trabalho potencial	9,74	33,33	130,30
14	Proporção da população (14 anos ou mais) considerada como desalentada	74,24	118,46	130,30
15	Proporção da população (14 anos ou mais) desocupada	49,35	52,63	64,38
16	Proporção da população (14 anos ou mais) ocupada informalmente	-0,96	-2,36	1,53
17	Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal	1,43	5,11	4,75
18	Índice de Gini (Desigualdade de renda)	0,18	-0,18	0,93
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real	9,70	5,71	6,28
20	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> das pessoas com os 40% dos menores rendimentos	8,22	0,15	2,98
21	Razão entre o rendimento domiciliar <i>per capita</i> dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres	1,76	2,98	3,66
22	Proporção da renda acumulada pelos 10% mais ricos da população	0,23	-2,95	0,23
23	Proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres da população	-0,97	-5,71	-3,81
24	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> até R\$89	11,11	35,48	31,25
25	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a US\$1,9/dia PPP 2011	-6,72	9,68	12,07
26	Percentual de pessoas com rendimento domiciliar <i>per capita</i> inferior a 1/2 salário mínimo	-12,01	-8,29	-8,13

Fonte: PNADC- IBGE. Elaboração: IPECE

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

* Indicadores indisponíveis para 2012.

PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

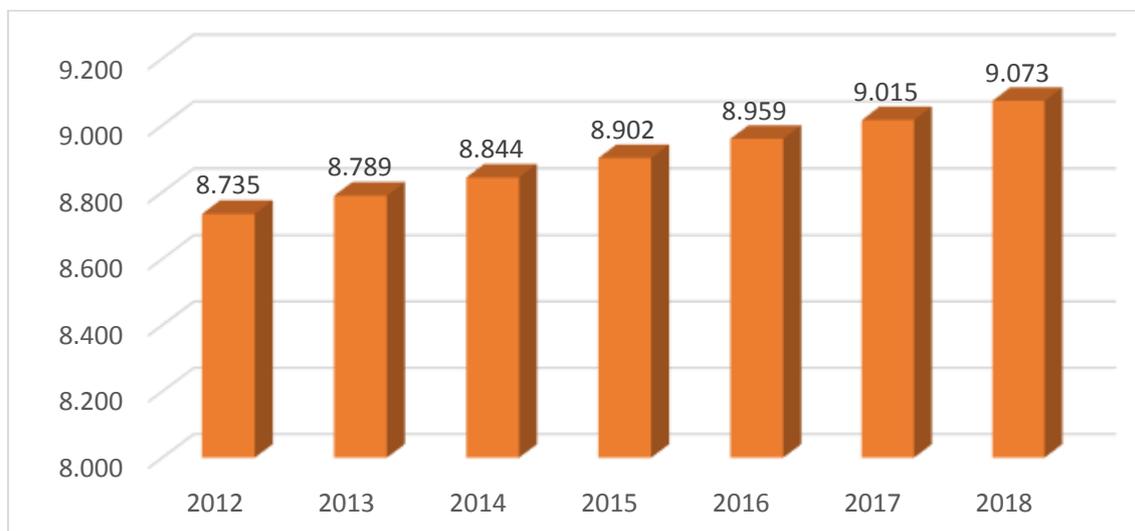
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Nesta seção, apresenta-se indicadores relacionados ao crescimento populacional, taxa de urbanização, razão dependência e distribuição populacional por idade, sexo e cor ou raça. As informações correspondem ao período de 2012 a 2018 e foram coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Além dos indicadores de esperança de vida e taxa de mortalidade infantil, extraídos da Projeção da população/IBGE.

1.1 População total e taxa de urbanização

O Gráfico 1.1 apresenta o crescimento populacional da população cearense em números absolutos de 2012 a 2018. Em 2018, segundo informações coletadas na PNADC, a população do estado do Ceará estava estimada em mais de 9 milhões de moradores. O que representa 16% dos residentes no Nordeste e 4,4% da população brasileira. No período analisado, a população cearense teve um crescimento, em números absolutos, de cerca de 388 mil novos moradores.

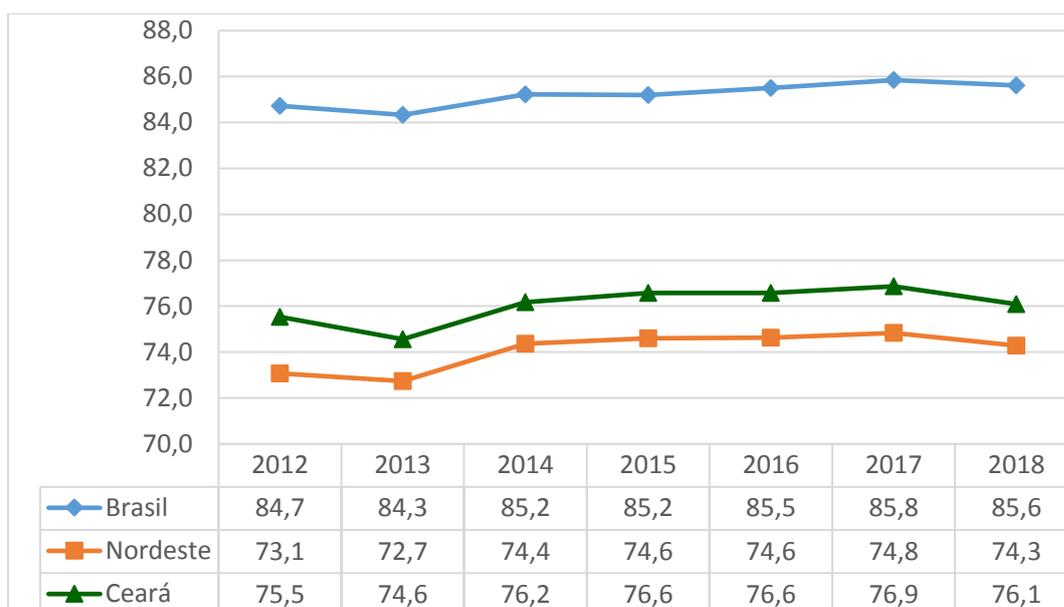
Gráfico 1.1: Crescimento populacional absoluto da população residente no Ceará (Mil pessoas) – 2012 a 2018.



Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE Elaboração: IPECE.

O Gráfico 1.2 exibe os valores da taxa de urbanização para o Brasil, Nordeste e Ceará. Essa taxa é definida como percentual da população residente da área urbana em relação à população total de cada região.

Gráfico 1.2: Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018.



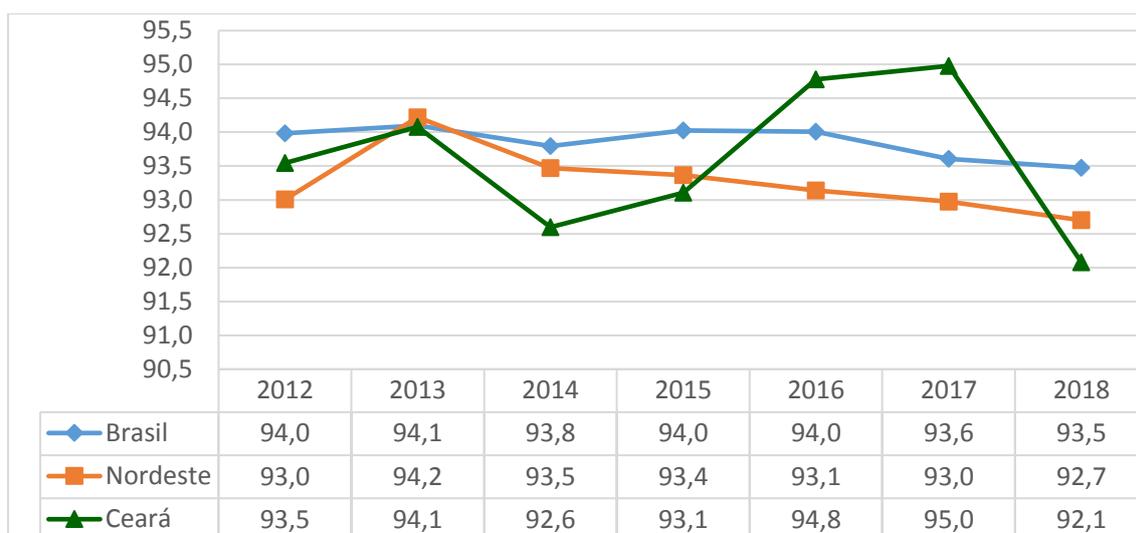
Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE Elaboração: IPECE.

Em 2018, a proporção de pessoas vivendo nas cidades chegou a 85,6%, 74,3% e 76,1%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 1.2. A partir dos dados apresentados, é possível observar que a taxa de urbanização nas três regiões analisadas tem permanecido constante ou com pequenas variações entre alguns períodos, evidenciando que o ritmo de incremento da população urbana e, conseqüentemente, o esvaziamento da zona rural, tem permanecido, praticamente, estável.

1.2 Razão sexo e população por faixa etária

Considerando a distribuição da população por sexo, apresenta-se no Gráfico 1.3 a razão sexo para o Brasil, Nordeste e Ceará. Este indicador representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres, de modo que, se essa razão for menor (maior) que 100, isto significa que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina. No caso do Ceará, em 2018, a população feminina é predominante, isto é, havia cerca de 92 homens para cada 100 mulheres no estado, acompanhando o padrão verificado no Brasil (93,5) e no Nordeste (92,7).

Gráfico 1.3: Razão Sexo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018.



Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE Elaboração: IPECE.

De acordo com dados apresentados pelo Registro Civil de 2018, nascem mais homens que mulheres no Brasil, a razão sexo no nascimento chega a ser de 105 meninos para cada 100 meninas. Porém, a taxa de mortalidade masculina é superior à feminina, sobretudo na faixa de 15 a 29 anos de idade, decorrente principalmente de fatores externos, como violência e acidentes. Por exemplo, a sobremortalidade da população masculina por causas externas no grupo de 20 a 24 anos foi na ordem de 10,7, em 2018. Isto é, um indivíduo do sexo masculino de 20 anos tinha, aproximadamente, 11 vezes mais chances de não completar 25 anos de idade do que uma pessoa do sexo feminino¹.

Este fato pode ser melhor analisado nas pirâmides etárias por sexo apresentadas no Gráfico 1.4, para 2012, 2015 e 2018. Por exemplo, em 2018, a população feminina é predominante nas faixas etárias com mais de 25 anos de idade, exceto entre 35 a 39 anos.

¹ Mais informações em Estatísticas do Registro Civil de 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf

Gráfico 1.4: Pirâmides Etárias – Ceará – 2012, 2015 e 2018.



Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita /IBGE. Elaboração: IPECE.

Outra constatação importante a ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas anteriormente, é a tendência de envelhecimento da população cearense. No Caso, percebe-se uma tendência de redução da população mais jovem e aumento da população mais velha, resultando em bases mais estreitas e cumes largos.

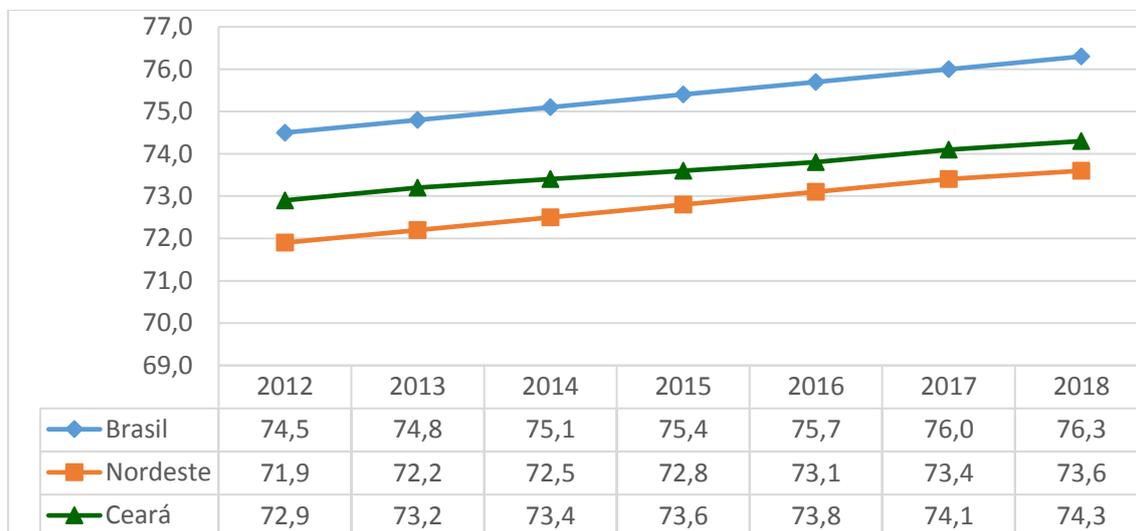
Enquanto que, em 2018, nota-se uma tendência do aumento da população de 20 anos ou mais, com destaque para os grupos de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Essa mudança estrutural da população cearense é reflexo da combinação de dois movimentos sociais importantes: a melhoria da expectativa de vida e a redução da taxa de natalidade da população.

1.3 Esperança de vida e taxa de mortalidade infantil

O Gráfico 1.5, mostra uma tendência na melhoria da expectativa de vida da população, brasileira, nordestina e cearense. No período, a esperança de vida da população cearense teve um aumento de 1,9%. O que significa dizer que uma pessoa que nasceu em 2018, tem uma expectativa de vida de um ano e quatro meses a mais do que uma pessoa que nasceu em 2012. Enquanto que a taxa de crescimento do Brasil e do Nordeste foi de 2,4%, isto é, cerca de um ano e oito meses, se compararmos os anos de 2012 e 2018. Dessa forma, a esperança de vida da população cearense, nordestina e brasileira, chegou a 74,3, 73,6 e 76,3 anos de vida, respectivamente. É importante observar que os cearenses vivem, em média, dois anos a menos que a média brasileira.

O aumento dos anos de vida dos brasileiros, pelo menos em parte, está relacionado às mudanças nas condições de vida da população, como por exemplo, nas melhorias das condições de trabalho, melhores ofertas de serviços básicos de saúde e saneamento que implicam na ampliação da expectativa de vida das pessoas.

Gráfico 1.5: Esperança de vida ao nascer –Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018.



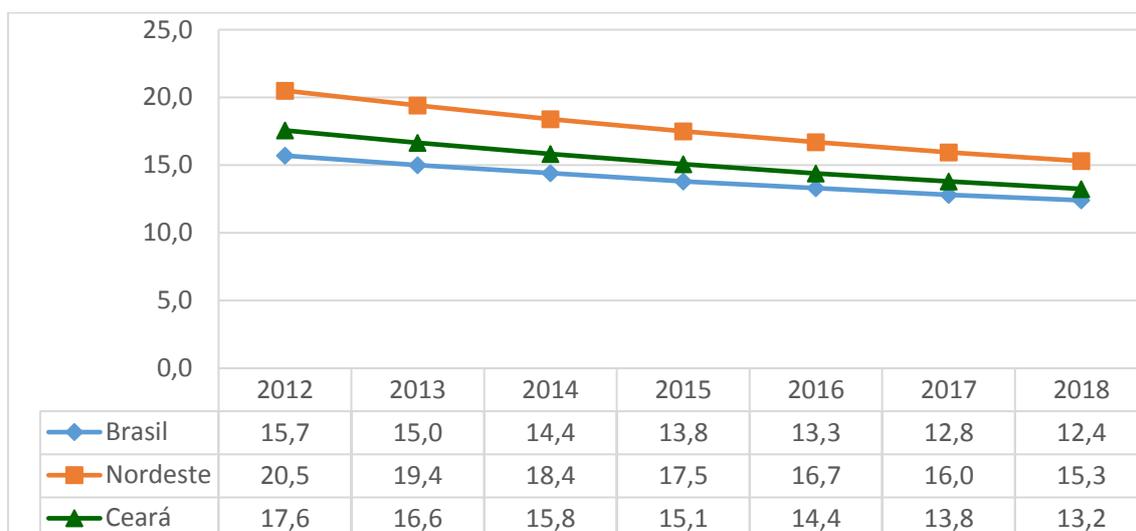
Fonte: Projeção populacional /IBGE. Elaboração: IPECE.

Outro fenômeno que pode explicar o aumento da expectativa de vida da população é a redução da taxa de mortalidade infantil, haja vista que os óbitos infantis têm impacto direto na mensuração da esperança de vida de uma população.

O Gráfico 1.6, mostra a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, no Brasil, Nordeste e Ceará. O Ceará, apresentou uma redução significativa neste indicador, saindo de 17,6, em 2012, para 13,2 óbitos de crianças menores de um ano de vida, em 2018.

Apesar da redução, e possuir taxas inferiores à do Nordeste, o estado não alcançou a média nacional que reduziu de 15,7, em 2012, para 12,4, em 2018. Contudo, o ritmo de queda foi mais forte no Nordeste e Ceará (-25,4% e -24,6%, respectivamente), enquanto o Brasil reduziu -21%.

Gráfico 1.6: Taxa de Mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018.



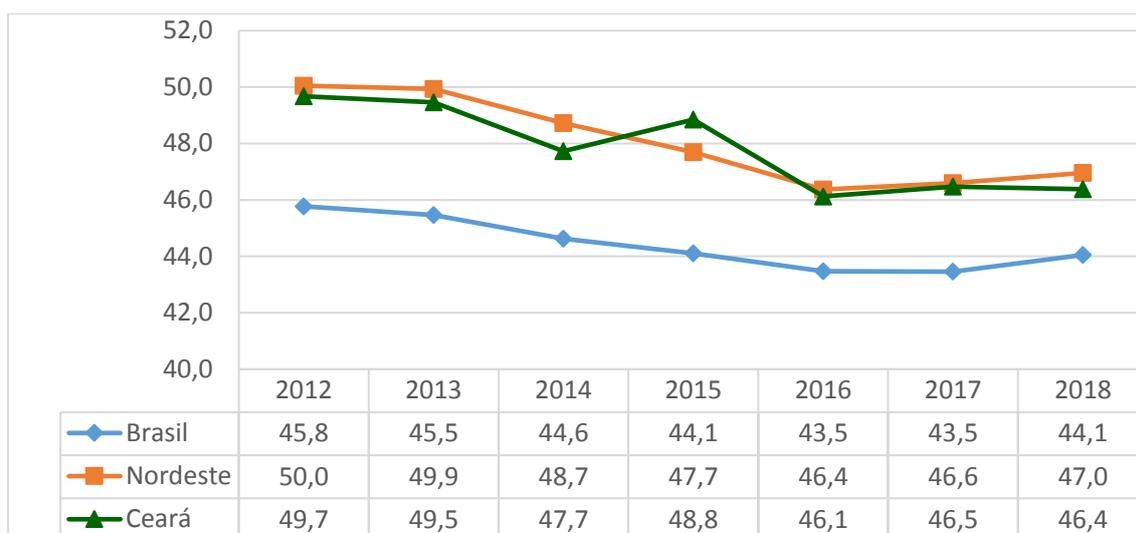
Fonte: Projeção populacional /IBGE. Elaboração: IPECE.

1.4 Razão dependência

Como reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e de 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Este indicador mede a participação relativa da população inativa, que deveria ser sustentada pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que existe uma parcela significativa da população que depende da população economicamente ativa, o que implica na necessidade de encargos assistenciais consideráveis. O comportamento deste indicador é apresentado no Gráfico 1.7.

Como pode ser observado no gráfico, em todas as regiões analisadas, existe um declínio gradativo da razão de dependência. Essa redução ocorre porque, embora a população de idosos (65 anos ou mais) tenha aumentado sua participação relativa, a redução da taxa de fecundidade leva a uma diminuição das taxas de natalidade, implicando na redução de crianças (menores de 15 anos). No denominador, por sua vez, a população em idade ativa (15 a 64 anos) ainda vem aumentando, pela incorporação de jovens provenientes de épocas de altas taxas de fecundidade. Em 2018, a razão dependência era de 44,1%, 47,0% e 46,4% no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, conforme Gráfico 1.7.

Gráfico 1.7: Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018.



Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE Elaboração: IPECE.

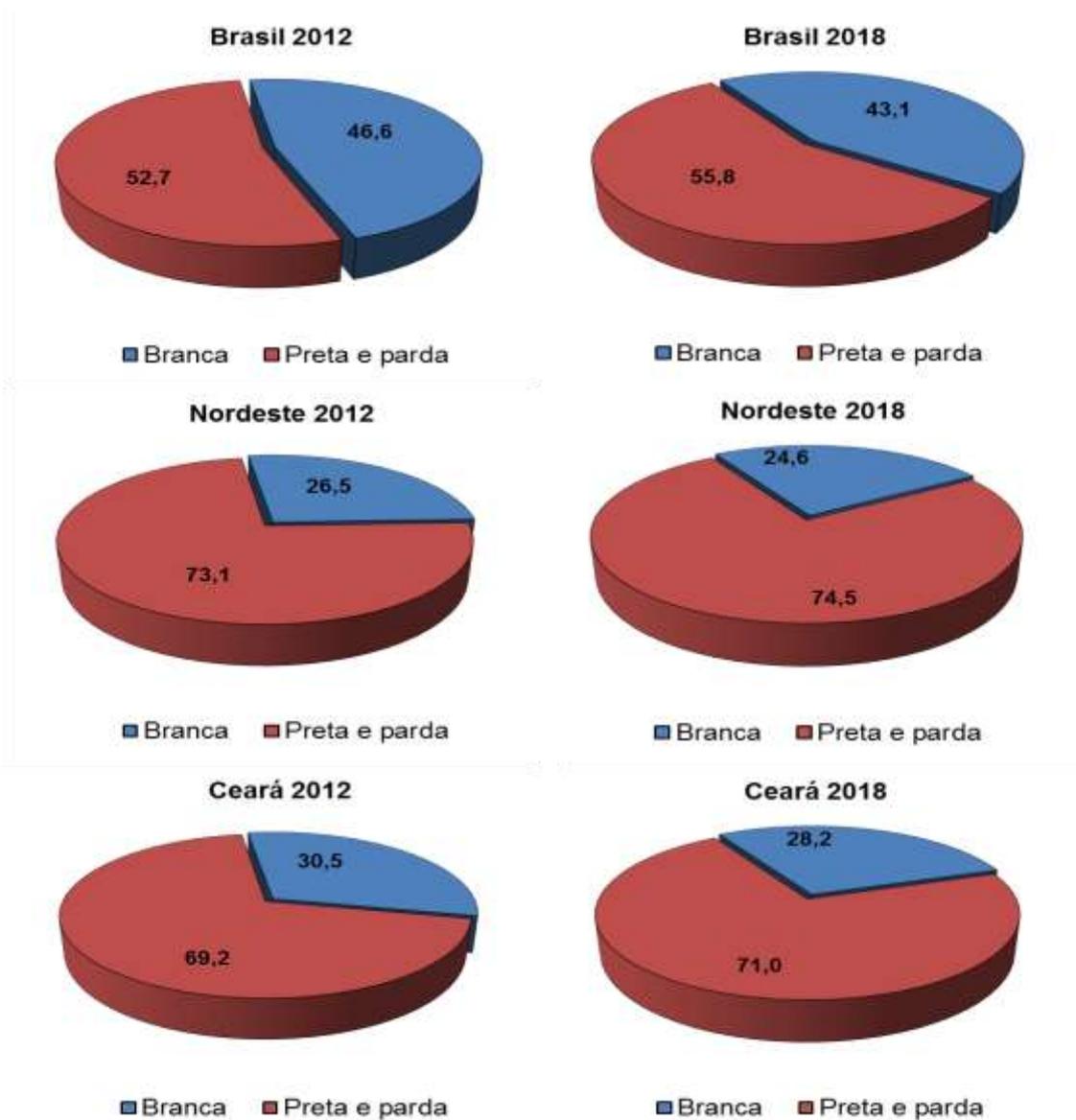
1.5 Cor ou raça

A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros e pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra, portanto, não são analisados aqui.

Como a questão da cor ou raça trata-se de uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se um crescimento da proporção de brasileiros, neste período, que se declararam pretos ou pardos. Em 2018, 55,8% dos brasileiros consideravam-se como negros ou pardos e 43,1% brancos.

No caso do Nordeste e do Ceará, observa-se uma predominância em relação a pretos e pardos. Apenas 24,6 % e 28,2% dos nordestinos e cearenses, respectivamente, consideravam-se brancos. Enquanto que, aqueles que se declararam pretos ou pardos, representam 74,5% e 71,0%, respectivamente (Gráfico 1.8).

Gráfico 1.8: Distribuição da População por Cor ou Raça (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 e 2018.



Fonte: PNADC (2012 e 2018). Elaboração: IPECE.

A compreensão dos fenômenos relacionados à transição demográfica é de suma importância para elaboração e planejamento de políticas públicas, haja vista que serão mais eficientes se forem considerados o comportamento e as transformações da estrutura etária da população de uma determinada região. Assim, pelos dados aqui apresentados, observa-se um aumento da população idosa na sociedade. Com o envelhecimento da população, o Estado precisa estar preparado para as demandas relacionadas à previdência e aos cuidados de saúde e bem-estar desse grupo específico. Além disso, as mudanças demográficas poderão afetar o crescimento econômico e a estrutura do mercado de trabalho.

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

O IBGE considerou como domicílio² o local estruturado, separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal, e o classificou como particular (permanente ou improvisado) ou coletivo. Segundo a estimativa da PNAD Contínua, em 2018, havia 71 milhões de domicílios no Brasil, dos quais 18,5 milhões estavam situados na Região Nordeste e a maior parte dos domicílios eram de casas seguido de apartamentos. O estado brasileiro com maior número de domicílios foi São Paulo (15,909 milhões) e com menor foi Roraima (154 mil domicílios). O Ceará, com 2,986 milhões de domicílios, ocupa a terceira posição na Região Nordeste com maior número de domicílios, atrás apenas da Bahia com 5,022 milhões e de Pernambuco com 3,176 milhões de domicílios e a oitava posição dentre as unidades federativas do Brasil, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco.

Esse capítulo aborda as características dos domicílios do Ceará, Região Nordeste e Brasil no que diz respeito a informar o tipo da habitação e suas condições de propriedade (casas, apartamentos, próprio, alugado), como também as características físicas (material da parede, piso e telhado), os tipos de serviços de saneamento básico (esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica) e a posse de alguns bens (geladeira, máquina de lavar, moto e carro). Vale salientar que na PNAD Contínua anual esse tema foi investigado apenas na 1ª visita ao domicílio³ e os dados disponíveis são para os anos de 2016, 2017 e 2018.

2.1 Condições da habitação

Sendo o local de moradia um direito básico constitucional a todo cidadão e que esse direito está intimamente relacionado a outros, como acesso aos serviços públicos de saneamento básico entre outros, essa seção traz uma análise dos resultados gerais da última PNAD contínua quanto às condições das moradias no Ceará, Nordeste e Brasil.

² https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas_tecnicas.pdf

³ Os domicílios selecionados são visitados por 5 trimestres consecutivos, uma vez a cada trimestre, cabendo destacar que para o tema domicílios os dados são correspondentes à primeira visita.

2.1.1 Número de Domicílios e de Moradores

Em 2018 foi estimado 2,986 milhões de domicílios no Ceará e, em média, cada um teria 3 moradores. De 2016 a 2018, o número de domicílios tanto no Ceará, Nordeste e Brasil aumentou, enquanto o número médio de moradores praticamente ficou estável, conforme ilustra tabela a seguir. O principal crescimento acumulado do número de habitações de 2018 em relação a 2017 foi no Ceará com 3,3%, seguido do Brasil 2,2% e Nordeste de 1,7%.

Tabela 2.1: Número de domicílios e Número médio de moradores - Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2018.

Localidade	Número de domicílios (por mil)			Número médio de moradores		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	68.899	69.471	71.015	3,0	3,0	2,9
Nordeste	18.062	18.181	18.483	3,1	3,1	3,1
Ceará	2.849	2.876	2.986	3,1	3,1	3,0

Fonte: Pnad Contínua Anual. Elaboração Ipece.

2.1.2 Tipo do Domicílio

O tipo de domicílio mais comum no Brasil são as casas, seguido dos apartamentos (quando localizado em um edifício) e da habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (que segundo o IBGE, trata-se de um tipo de moradia que se caracteriza pelo uso comum de instalações hidráulica e sanitária com outras moradias e utilização do mesmo ambiente para diversas funções, como por exemplo, dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar, etc). O mesmo ocorre no Ceará com as casas representando a maioria, 90,1%, enquanto os apartamentos representam apenas 9,9%, conforme verifica-se na Tabela 2.2 para o ano de 2018.

Tabela 2.2: Distribuição por tipo de ocupação do domicílio - Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2018 (%)

Local/Ano	Tipo do Domicílio	2016	2017	2018
Brasil	Apartamentos	13,76	13,22	13,85
	Casas	86,03	86,60	86,00
	Casas de cômodos, cortiços ou cabeça de porco	0,21	0,18	0,15
Nordeste	Tipo do Domicílio	2016	2017	2018
	Apartamentos	8,67	8,82	8,94
	Casas	91,16	91,04	90,92
	Casas de cômodos, cortiços ou cabeça de porco	0,17	0,13	0,14
Ceará	Tipo do Domicílio	2016	2017	2018
	Apartamentos	9,12	11,33	9,91
	Casas	90,82	88,64	90,09
	Casas de cômodos, cortiços ou cabeça de porco	0,06	-	-

Fonte: Pnad Contínua Anual. Elaboração Ipece.

2.1.3 *Condição de ocupação*

A Tabela 2.3 traz os resultados da condição de ocupação dos domicílios aqui classificadas em quatro tipos:

- a) Próprio já quitado - quando o domicílio era de propriedade, estando integralmente pago;
- b) Próprio em aquisição - quando o domicílio era de propriedade e ainda não estava integralmente pago;
- c) Alugado;
- d) Cedido por empregador ou não;
- e) Outra condição - domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e, também, o domicílio ocupado por invasão.

No Ceará, para último dado disponível, os domicílios próprios pagos representavam a maioria, 68,6%, cerca de 2 p.p. superior à encontrada para o Brasil de 66,7%. Ainda sobre o resultado do Ceará, verificou-se que: os domicílios próprios de algum morador do domicílio, mas ainda sendo pagos, correspondiam a 3,5%; 18,4% eram de domicílios alugados; 9,3% eram cedidos por empregador, ou por outra pessoa que não era moradora, ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação (impostos, condomínio, etc.) ou de conservação; e, por fim, que apenas 0,2% caracterizava-se como domicílio ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas (outra condição), onde se incluem domicílios cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja etc.) ou domicílios localizados em estabelecimentos agropecuários arrendados; ou ainda domicílios ocupados por invasão.

Tabela 2.3: Distribuição por condição de ocupação do domicílio - Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2018 (%).

Local/Ano	Condição de ocupação do domicílio	2016	2017	2018
Brasil	Próprio de algum morador - já pago	68,21	67,88	66,69
	Próprio de algum morador - ainda pagando	5,94	5,63	5,92
	Alugado	17,47	17,61	18,14
	Cedido	8,17	8,68	9,07
	Outra condição	0,21	0,21	0,18
Nordeste	Condição de ocupação do domicílio	2016	2017	2018
	Próprio de algum morador - já pago	74,17	74,14	72,69
	Próprio de algum morador - ainda pagando	3,50	3,40	3,58
	Alugado	14,28	14,38	14,94
	Cedido	7,85	7,86	8,58
Outra condição	0,21	0,22	0,21	
Ceará	Condição de ocupação do domicílio	2016	2017	2018
	Próprio de algum morador - já pago	69,7	69,3	68,6
	Próprio de algum morador - ainda pagando	2,5	3,9	3,5
	Alugado	18,1	18,3	18,4
	Cedido	9,3	8,2	9,3
Outra condição	0,4	0,3	0,2	

Fonte: Pnad Contínua Anual . Elaboração Ipece.

2.1.4 Material da parede, Telhado e Piso

Nessa seção a análise diz respeito ao material usado nas paredes externas, no telhado e o predominante no piso da habitação. Na maioria dos domicílios brasileiros, tem-se parede revestida de alvenaria/taipa com revestimento, telha sem laje de concreto e piso de cerâmica, lajota ou pedra, conforme ilustra a Tabela 2.4.

Tabela 2.4: Distribuição dos domicílios por material das Paredes, dos Telhados e do Piso dos domicílios - **Brasil** - 2016 a 2018 (%).

	Material Parede	2016	2017	2018
Parede	Alvenaria/taipa com revestimento	88,37	88,55	88,16
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	6,29	6,22	6,89
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	4,79	4,61	4,41
	Outro material	0,55	0,62	0,54
	Material do Telhado	2016	2017	2018
Telhado	Telha sem laje de concreto	51,89	51,06	50,08
	Telha com laje de concreto	32,00	32,89	32,73
	Somente laje de concreto	13,71	13,20	14,67
	Outro material	2,41	2,84	2,52
	Material Piso	2016	2017	2018
Piso	Cerâmica, lajota ou pedra	76,65	76,93	77,56
	Madeira apropriada para construção	6,72	6,65	6,71
	Cimento	15,61	15,33	14,66
	Outro material	1,02	1,09	1,07

Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

A Tabela 2.5 mostra que a maior parte dos domicílios no Nordeste tem características semelhantes ao encontrado para o Brasil, com domicílios, em sua maioria, de parede revestida de alvenaria/taipa com revestimento, telha sem laje de concreto e piso de cerâmica, lajota ou pedra.

Tabela 2.5: Distribuição por material das Paredes, dos Telhados e do Piso dos domicílios- Nordeste - 2016 a 2018 (%).

	Material Parede	2016	2017	2018
Parede	Alvenaria/taipa com revestimento	91,15	91,74	91,00
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	8,36	7,85	8,51
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	0,16	0,09	0,16
	Outro material	0,33	0,32	0,33
	Material do Telhado	2016	2017	2018
Telhado	Telha sem laje de concreto	75,19	74,97	73,51
	Telha com laje de concreto	15,14	15,35	16,17
	Somente laje de concreto	8,22	8,16	8,90
	Outro material	1,44	1,52	1,42
	Material Piso	2016	2017	2018
Piso	Cerâmica, lajota ou pedra	65,41	66,89	68,13
	Madeira apropriada para construção	0,28	0,19	0,34
	Cimento	32,41	31,16	29,90
	Outro material	1,91	1,76	1,63

Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Na mesma linha, de acordo com a tabela 2.6, com os resultados para as moradias no Ceará, verificou-se que 92,62% dos domicílios tinham a parede revestida de alvenaria/taipa com revestimento; 74,83% tinham o telhado dos domicílios de telha sem laje de concreto e 64,88% tinham o piso de material tipo cerâmica, lajota ou pedra.

Tabela 2.6: Distribuição por material das Paredes, dos Telhados e do Piso dos domicílios- Ceará -2016 a 2018 (%).

	Material Parede	2016	2017	2018
Parede	Alvenaria/taipa com revestimento	90,80	93,39	92,62
	Alvenaria/Taipa sem revestimento	9,16	6,58	7,38
	Madeira apropriada para construção (aparelhada)	-	-	-
	Outro material	-	-	-
	Material do Telhado	2016	2017	2018
Telhado	Telha sem laje de concreto	73,3	70,8	71,4
	Telha com laje de concreto	21,3	22,5	22,2
	Somente laje de concreto	5,0	6,3	5,9
	Outro material	0,4	0,4	0,5
	Material Piso	2016	2017	2018
Piso	Cerâmica, lajota ou pedra	57,2	59,6	61,9
	Madeira apropriada para construção	0,2	0,1	0,1
	Cimento	41,5	39,6	37,2
	Outro material	1,1	0,7	0,7

Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

2.2 Serviços básicos

Essa seção abordará a distribuição de domicílios atendidos pelos serviços de água e esgoto adequado, coleta de lixo e abastecimento de energia elétrica.

2.2.1 Esgotamento sanitário

No Brasil a prestação de serviços, assim como os investimentos no setor de saneamento básico, historicamente é em sua maioria pública⁴. Estudos mostram que são diversos os desafios do saneamento no Brasil⁵ e que não resta dúvida que o principal gargalo no País em infraestrutura é o saneamento. Definido pela Lei nº 11.445/2007⁶ como um conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejo de resíduos

⁴ <https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2019-06/Reformulac%CC%A7a%CC%83o%20do%20Marco%20Legal%20do%20Saneamento%20no%20Brasil.pdf>

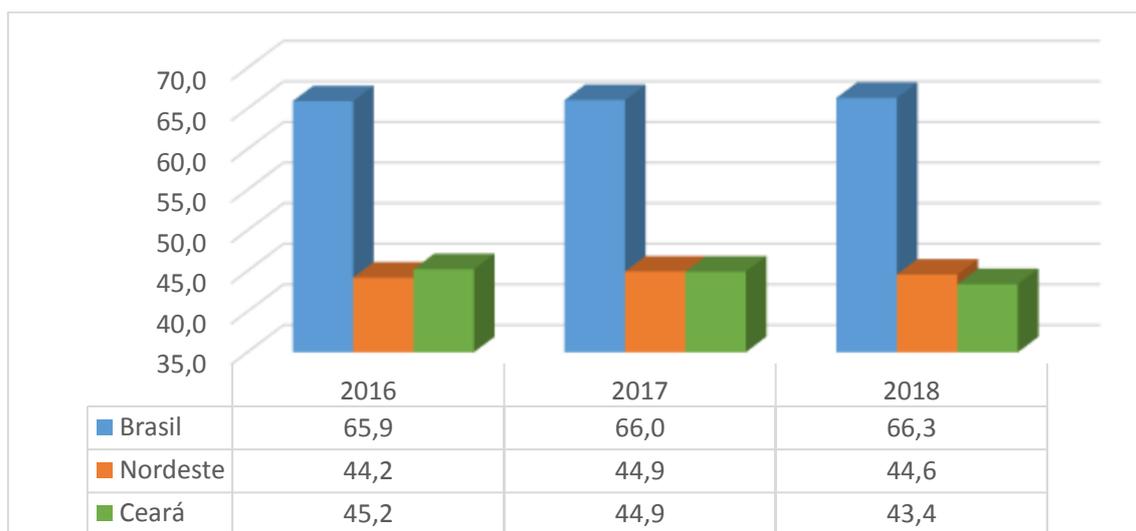
⁵ <https://ceri.fgv.br/sites/default/files/2018-10/workshop-desafios-para-o-desenvolvimento-apresentacao-joisa-dutra.pdf>

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11445.htm

sólidos e de água pluviais, garantido pela Constituição Federal de 1988, recentemente,⁷ a Câmara dos deputados aprovou o texto básico do projeto que atualiza o marco legal do saneamento no Brasil. O texto que altera a lei, obrigando os municípios a realizarem uma licitação para execução de novos contratos, tem como objetivo aumentar a concorrência e, com a abertura do mercado para participação privada, aumentar o investimento via setor privado.

Nesse contexto, o Brasil, Nordeste e Ceará apresentam cobertura insuficiente desse serviço. Em 2018, a proporção de domicílios no Ceará em que o escoamento do esgoto era feito por rede geral ou fossa séptica ligada à rede foi de 43,4%, 1,2 p.p menor que a encontrada na Região Nordeste e quase 23 p.p menor que a encontrada no Brasil, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2.1: Distribuição dos domicílios particulares e permanentes com rede geral de esgotamento ou fossa séptica ligada à rede- Ceará, Nordeste e Brasil - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

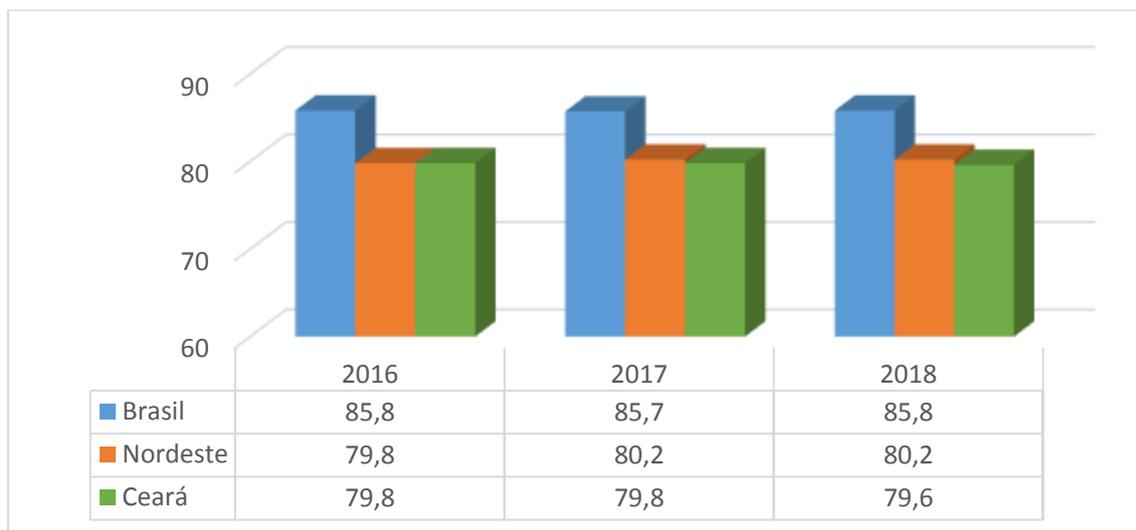
2.2.2 Domicílios ligados à rede geral de abastecimento

É de extrema importância o indicador de qualidade da água nos domicílios pelo seu impacto na saúde dos seus moradores. Esse indicador expressa as condições socioeconômicas e regionais e a priorização de políticas de desenvolvimento social. A universalização dos serviços de água tratada ainda constitui grande desafio no Brasil,

⁷ O plenário da Câmara aprovou na noite do di 11/12/2019 o texto-base do novo marco legal de saneamento básico. <https://www.camara.leg.br/noticias/625574-camara-aprova-novo-marco-do-saneamento-votacao-prosegue-na-semana-que-vem/>

como na Região Nordeste e no Ceará, como mostra o Gráfico 2.2. Com diferença de quase 6 p.p. em relação à encontrada no Brasil, no Ceará a proporção de domicílios particulares e permanentes com água adequada foi de quase 80% em 2018.

Gráfico 2.2: Distribuição dos domicílios particulares e permanentes com água adequada - Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

2.2.3 Lixo

O serviço de coleta de lixo realizado regularmente se torna importante para as condições de moradia relacionadas a menos riscos ambientais e de saúde. Na tabela 2.7 que apresenta o destino do lixo domiciliar no Brasil, Nordeste e Ceará verifica-se que em 2016, 69,7% dos domicílios cearenses possuíam seu lixo coletado por uma empresa especializada diariamente, em 2018, esta mesma proporção aumenta chegando a 72%. Aqueles que possuíam o lixo coletado indiretamente no Ceará, isto é, através de uma caçamba, somavam 10,7% dos domicílios em 2018 (uma redução de 7% quando comparado a 2016). Além disto, 15,4% queimavam o lixo na propriedade e 1,9% davam outro destino para seus lixos domiciliares.

Tabela 2.7: Distribuição por tipo de destino do lixo domiciliar - Brasil, Nordeste e Ceará -2016 a 2018 (%).

Local/Ano	Destino do lixo	2016	2017	2018
Brasil	Coletado diretamente	82,7	82,9	83,0
	Coletado em caçamba	7,7	7,9	8,1
	Queimado (na propriedade)	8,1	7,8	7,5
	Outro destino	1,5	1,3	1,4
Nordeste	Destino do lixo	2016	2017	2018
	Coletado diretamente	67,5	69,6	69,6
	Coletado em caçamba	12,7	12,1	12,8
	Queimado (na propriedade)	17,1	16,0	15,3
	Outro destino	2,7	2,4	2,3
Ceará	Destino do lixo	2016	2017	2018
	Coletado diretamente	69,7	71,1	72,0
	Coletado em caçamba	11,5	11,3	10,7
	Queimado (na propriedade)	16,8	15,4	15,4
	Outro destino	2,1	2,3	1,9

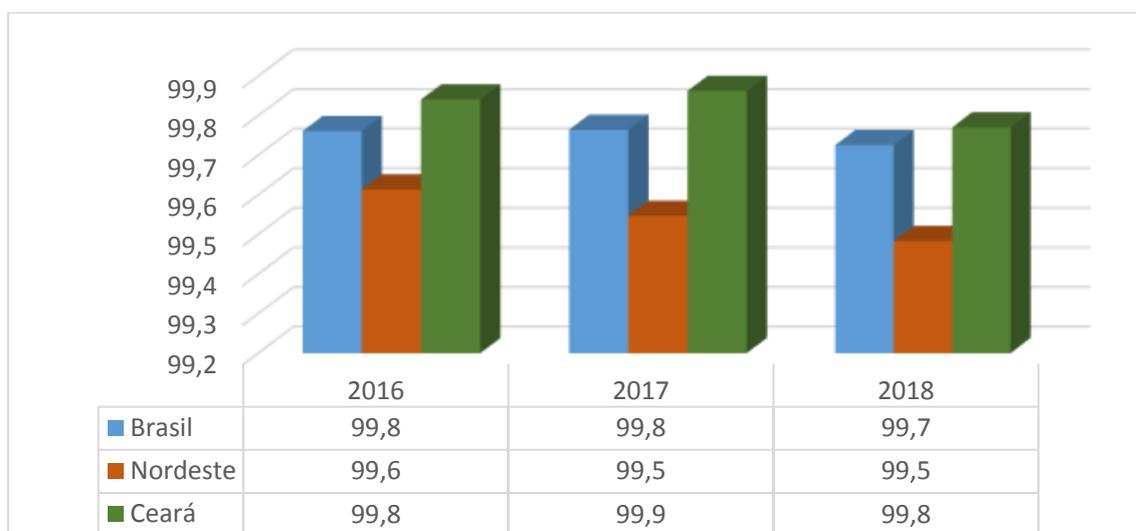
Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Vale salientar que apesar desse serviço de coleta urbana ser normalmente de responsabilidade do Estado, através de um órgão municipal, a participação da população é de extrema importância de não jogar lixo na rua e de colocar em lugar adequado e visível apenas nos dias de coleta dessas empresas.

2.2.4 Energia elétrica

Diferentemente dos serviços de saneamento, o de eletricidade está quase universalizado no Brasil, como mostra o Gráfico 2.3. Desde 2016, o Ceará apresentava 99,8% dos domicílios cearenses com acesso à energia elétrica proveniente da rede geral ou fonte alternativa. Para o ano de 2018, isto significa quase 3 milhões de domicílios cearenses com energia elétrica, superando em 0,1 p.p a proporção de domicílios brasileiros (99,7%).

Gráfico 2.3: Distribuição dos domicílios com energia elétrica ligada a Rede geral ou fonte alternativa- Brasil, nordeste e Ceará - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Vale salientar que, apesar da universalização, um estudo do Ceri/FGV⁸ de 2018 mostrou que a provisão adequada desse serviço ainda é um desafio no Brasil como um todo, tanto pelo elevado consumo de energia demandado, quanto pela necessidade contínua de manutenção e melhoria das instalações, que importam em custos expressivos aos municípios, representando a segunda maior despesa.

2.3 Posse de bens e serviços

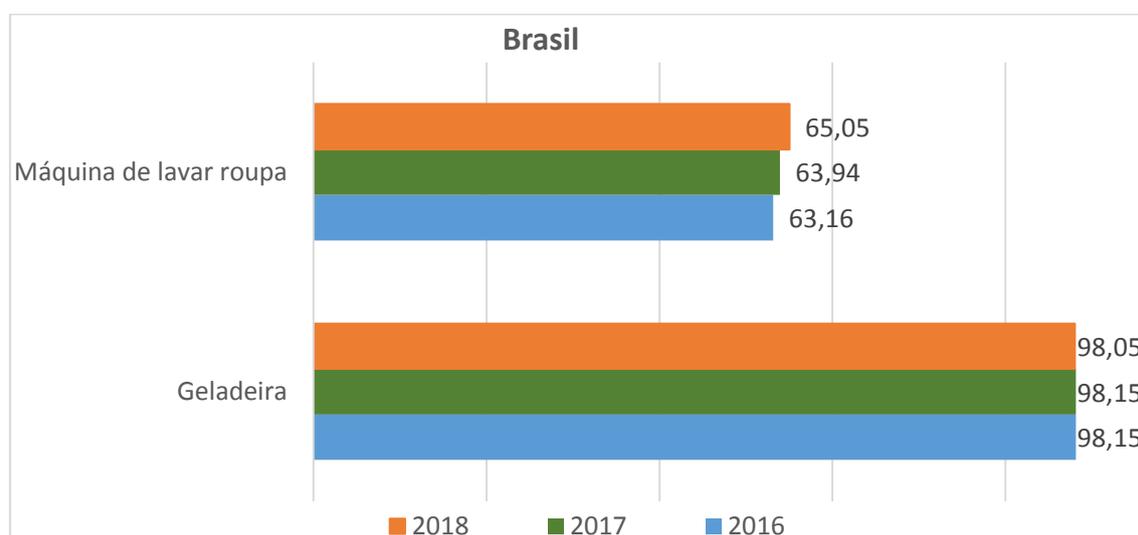
Nesta seção destaca-se a análise dos indicadores que dizem respeito à posse de bens domésticos, geladeira, máquina de lavar roupa e bens de transporte, tais como motocicleta e carro. A importância da análise de tais indicadores consiste na classificação de domicílios com relação a fatores como a inclusão social, bem como a qualidade de vida dos indivíduos que, através da posse de determinados bens, como exemplo, um meio de locomoção particular (carro ou moto), passam a ter uma disponibilidade maior de tempo para dedicar-se a outras atividades de interesse.

⁸ https://ceri.fgv.br/sites/default/files/publicacoes/2018-10/73_aspectos-regulatorios-e-desafios-da-iluminacao-publica-controversias-e-desenvolvimentos-recentes.pdf

2.3.1 Geladeira e Máquina de lavar

Os três gráficos a seguir apresentam a proporção de domicílios que possuíam geladeira e máquina de lavar no Brasil, Nordeste e Ceará entre os anos de 2016 a 2018. Quase 100% dos domicílios tinham pelo menos uma geladeira. Esse indicador reflete muitas melhorias no bem estar da população. Amplia as opções alimentares e, portanto, a nutrição; tira a obrigação de comprar e cozinhar todo dia, liberando o tempo para outros afazeres domésticos e etc. Já a máquina de lavar, bem conhecido por ajudar a otimizar o tempo dos afazeres do lar, ainda não chega a estar presente em 70% dos domicílios brasileiros.

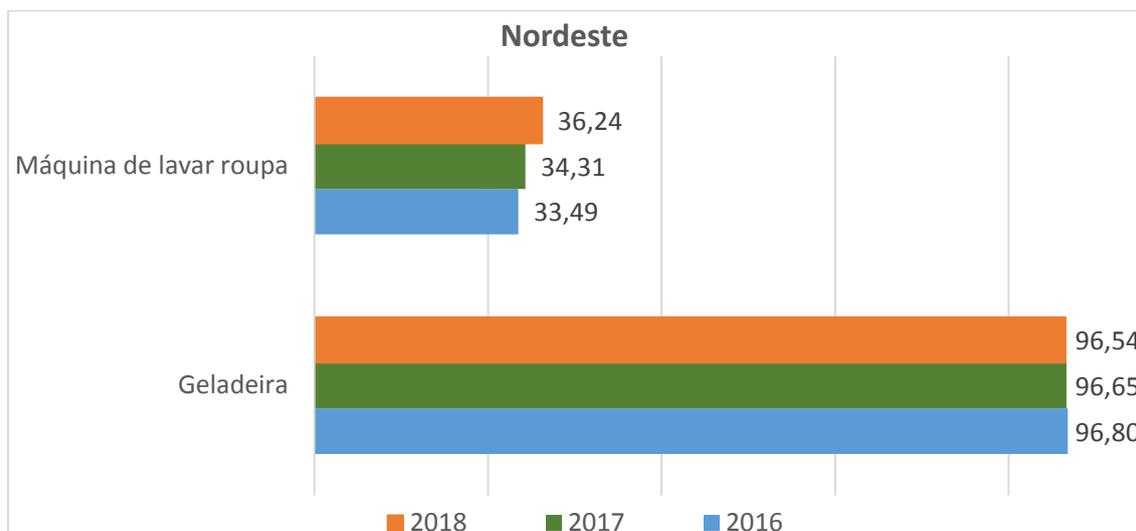
Gráfico 2.4: Distribuição dos domicílios com máquina de lavar e geladeira - Brasil - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Apesar da distribuição de domicílios com geladeira estar bem homogênea, nas três esferas de análise, as com máquina de lavar estão bem diferentes, sendo bem menor o resultado encontrado na Região Nordeste, não chegando a 40% dos domicílios, como mostra o Gráfico 2.5.

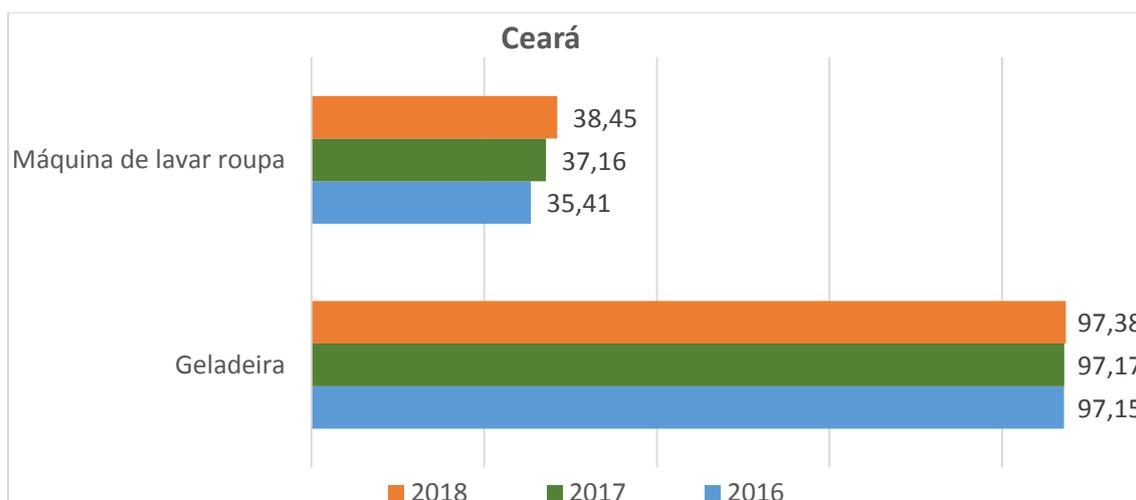
Gráfico 2.5: Distribuição dos domicílios com máquina de lavar e geladeira – Nordeste - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

No Ceará, a proporção daqueles domicílios que possuíam geladeira para a conservação de seus alimentos se manteve sem grandes variações no período (97,4% dos domicílios para 2018). Enquanto menos de 40% possuíam máquina de lavar, bem parecido com o resultado da Região Nordeste. No estado, em 2018, 38,45% dos domicílios possuíam uma máquina de lavar roupa (um aumento de 8,5% em relação a 2016), taxa bem abaixo da encontrada no Brasil, conforme mostra o Gráfico 2.6.

Gráfico 2.6: Distribuição dos domicílios com máquina de lavar e geladeira - Ceará - 2016 a 2018 (%).

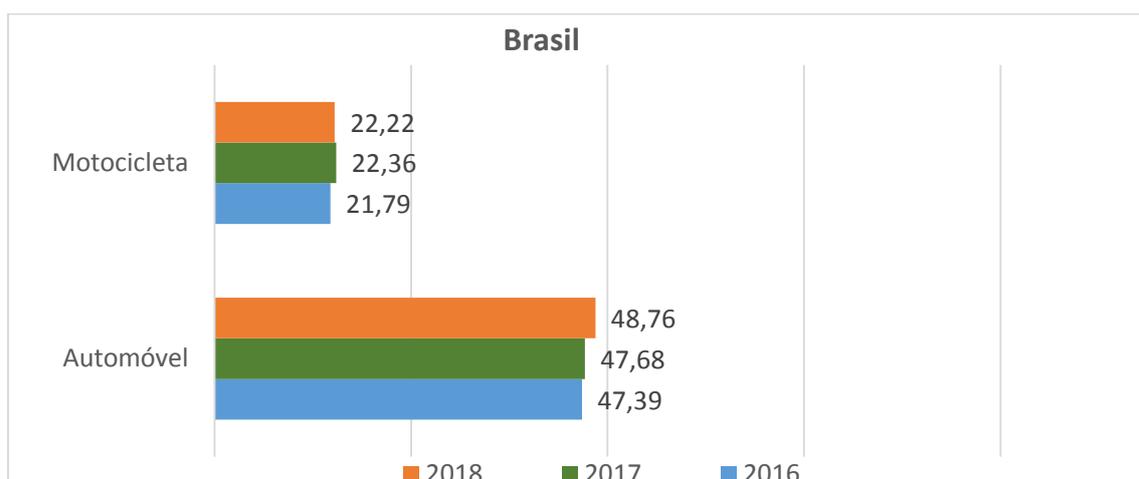


Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

2.3.2 Automóvel e Moto

Quase metade dos domicílios no Brasil dispõe de carro por algum dos moradores como mostra o gráfico a seguir. De 2016 a 2018, o aumento do percentual de carros foi de 1,3 p.p. Já o percentual de domicílios onde havia pelo menos um morador com posse de uma moto foi de 22,22% em 2018.

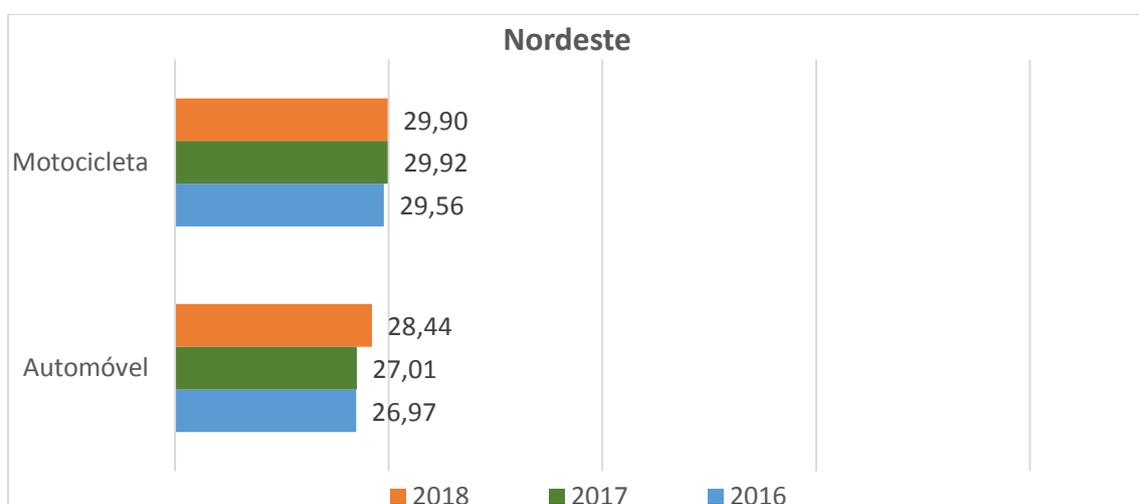
Gráfico 2.7: Distribuição dos domicílios com Motocicleta ou automóvel - Brasil - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Diferente do encontrado no Brasil, menos de 30% dos domicílios no Nordeste possuíam carro, mas quase 30% possuíam moto para deslocamento de seus moradores como mostra o gráfico a seguir.

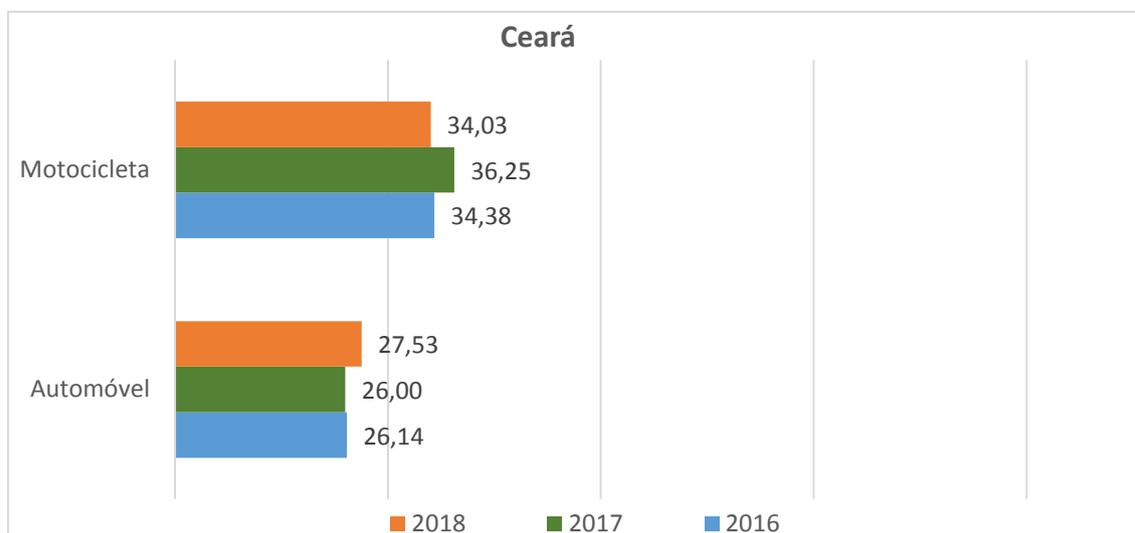
Gráfico 2.8: Distribuição dos domicílios com Motocicleta ou automóvel - Nordeste - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Diferente do encontrado no Brasil e no Nordeste, os domicílios cearenses têm mais moto do que carro, como mostra o Gráfico 2.9. O número elevado de motos tem sido objeto de investigação devido ao elevado número de acidentes.

Gráfico 2.9: Distribuição dos domicílios com Motocicleta ou automóvel- Ceará - 2016 a 2018 (%).



Fonte: Pnad Contínua Anual 2018. Elaboração Ipece.

Segundo boletim⁹ estatístico realizado pela seguradora Líder, responsável pelo seguro DPVAT (seguro obrigatório no Brasil, pago anualmente por todos os proprietários de veículos terrestres, tais como, motocicletas, automóvel particular, táxi e carro de aluguel, ônibus, micro-ônibus e lotação com cobrança de frete), de todas as indenizações pagas, 72% estão relacionadas a acidentes de motos. O estado do Ceará foi o estado com maior número de indenizações.

Nos três anos de análise, pode-se verificar melhorias das condições domiciliares. O Ceará, em termos comparativos com o Brasil e o Nordeste, apresentou taxas de cobertura melhor no indicador de domicílios com energia elétrica ligada à rede geral ou fonte alternativa. Na coleta adequada de lixo, foi melhor apenas em relação ao Nordeste. Quanto ao percentual dos domicílios com rede geral de esgotamento ou fossa séptica ligada à rede, o estado do Ceará apresentou taxas abaixo da nacional e próximas da Região Nordeste no período analisado.

⁹ <https://www.seguradoralider.com.br/Documents/boletim-estatistico/Relatorio%20Especial%20SNT-20-09.pdf>

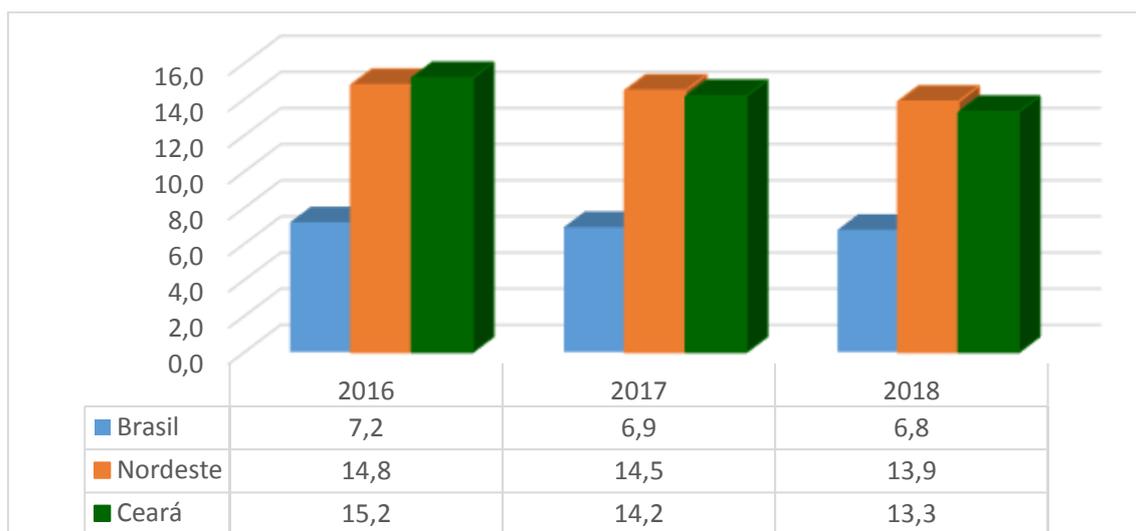
3. EDUCAÇÃO

Com a mudança da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) para a PNAD-Continua, desde 2016, as informações referentes à Educação são divulgadas por meio do Suplemento de Educação que é aplicado no segundo trimestre de cada ano. Portanto, as informações aqui apresentadas fazem parte dos Suplementos de 2016 a 2018.

3.1 Taxas de analfabetismos

O primeiro indicador a ser analisado é a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Gráfico 3.1). Portanto, observa-se que, em 2016, o analfabetismo atingia 7,2% dos brasileiros, 14,8% dos nordestinos e 15,2% dos cearenses. Nota-se, ainda, que vem ocorrendo uma redução progressiva deste indicador em todas as regiões estudadas. A maior redução aconteceu no Ceará, que reduziu em quase 2 pontos percentuais (p.p.) o analfabetismo, chegando, em 2018, à taxa de 13,3%. Embora tenha apresentado taxas inferiores ao Nordeste (13,9%), em 2018, o estado do Ceará ainda se encontra com taxas de analfabetismo bastante elevadas, exibindo o dobro da taxa nacional (6,8%). Em números absolutos, são mais de 955 mil cearenses que não sabem ler e escrever no estado.

Gráfico 3.1: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2018.



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

É importante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população brasileira ainda são reflexos de problemas estruturais históricos, que

impediram o acesso de milhões de pessoas ao sistema público de ensino. De modo que a grande quantidade de analfabetos no país é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições de acesso à escola e a um ensino público de baixa qualidade. Porém, ainda existe a reposição de “novos analfabetos”.

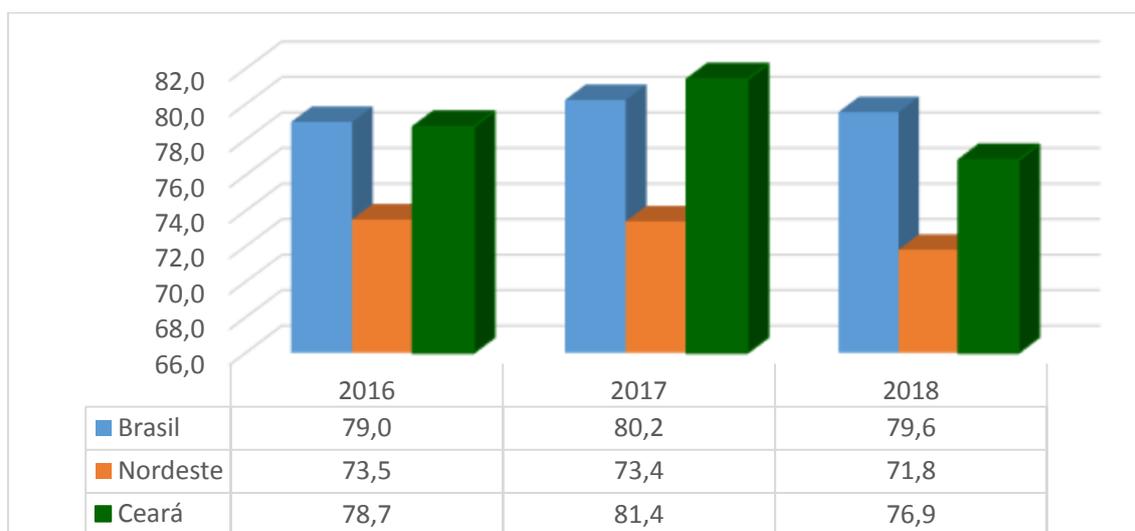
Sendo assim, o estoque de analfabetos na sociedade é caracterizado, por um lado, por gerações mais velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

Partindo desse raciocínio, uma das principais vias para erradicar o analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças em idade escolar à escola e, também, garantir que elas sejam escolarizadas adequadamente, evitando que elas, no futuro, venham a fazer parte do grupo de analfabetos do país.

Apesar das conquistas alcançadas nos últimos anos, especialmente, na universalização da educação básica, problemas relacionados à qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas brasileiras ainda são um gargalo importante a ser superado.

De acordo com informações da PNADC/IBGE, em 2018, cerca de 99,6% das crianças de 6 a 9 anos frequentavam escola ou creche no Brasil. Contudo, como mostra o Gráfico 3.2, a taxa de alfabetização dessas crianças, no Brasil, Nordeste e Ceará, estava em torno de 79,6%, 71,8% e 76,9%, respectivamente. O que significa que 20,4%, 28,2% e 23,1% da população de 6 a 9 anos de idade no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, ainda não sabiam ler nem escrever, mesmo matriculadas na escola ou creche.

Gráfico 3.2: Taxa de alfabetização das pessoas de 6 a 9 anos de idade que frequentam escola ou creche – Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2018 (%).



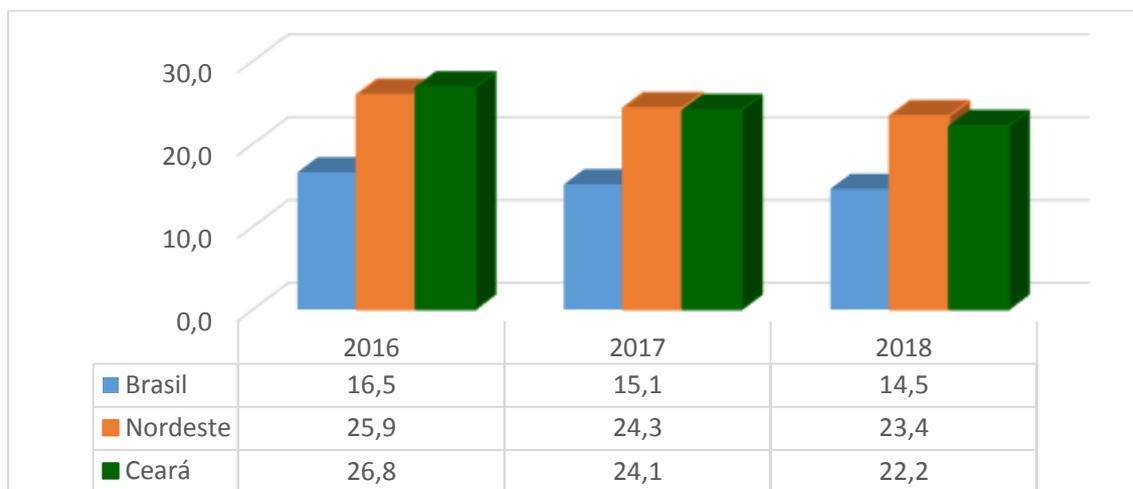
Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

O Ceará tem investido nessa temática desde 2007, com a criação do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC, que visa alfabetizar as crianças até o 2º ano do Ensino Fundamental.

O Gráfico 3.3 apresenta outro indicador que mostra a situação do analfabetismo da população – a Taxa de Analfabetismo Funcional – que é calculada pelo percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais. Nota-se que, apesar da redução do analfabetismo funcional ao longo dos anos, a proporção de pessoas nessa situação ainda é relativamente elevada para todas as regiões analisadas. Por exemplo, no Brasil, em 2018, 14,5% da população ainda se encontravam nessa situação, sendo que grande parte delas são residentes da Região Nordeste (23,4%).

Considerando a população cearense, observa-se que entre as três regiões analisadas, foi a que apresentou a maior redução no período de 2016 a 2018, saindo de 26,8% para 22,2%, uma redução de 17,4%, como pode ser observado no Gráfico 3.3.

Gráfico 3.3: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará - 2016 a 2018 (%).

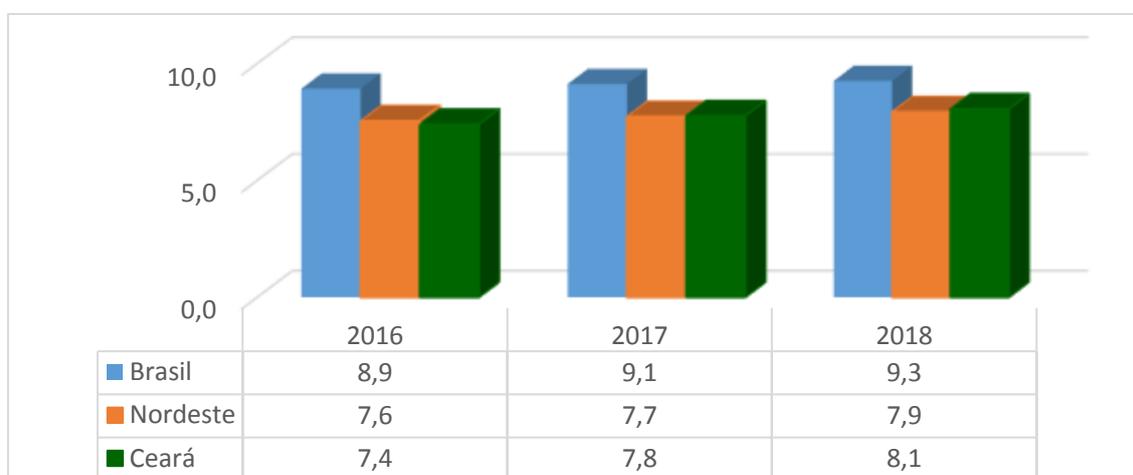


Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

3.2 Escolaridade

Em relação à evolução dos anos de estudos da população adulta (25 anos ou mais de idade), observa-se que a escolaridade média dos nordestinos e dos cearenses está bem abaixo da média brasileira. Em 2018, a escolaridade média de um brasileiro era de 9,3 anos de estudos, enquanto dos nordestinos e cearenses estava em torno de 7,9 e 8,1, respectivamente. Contudo, é possível verificar que o Ceará foi o que mais evoluiu neste período, com uma variação de 8,8%, enquanto que o Brasil e o Nordeste apresentaram crescimento de 3,7% e 5,1%, respectivamente (vide Gráfico 3.4).

Gráfico 3.4: Número médio de anos de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2018.



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

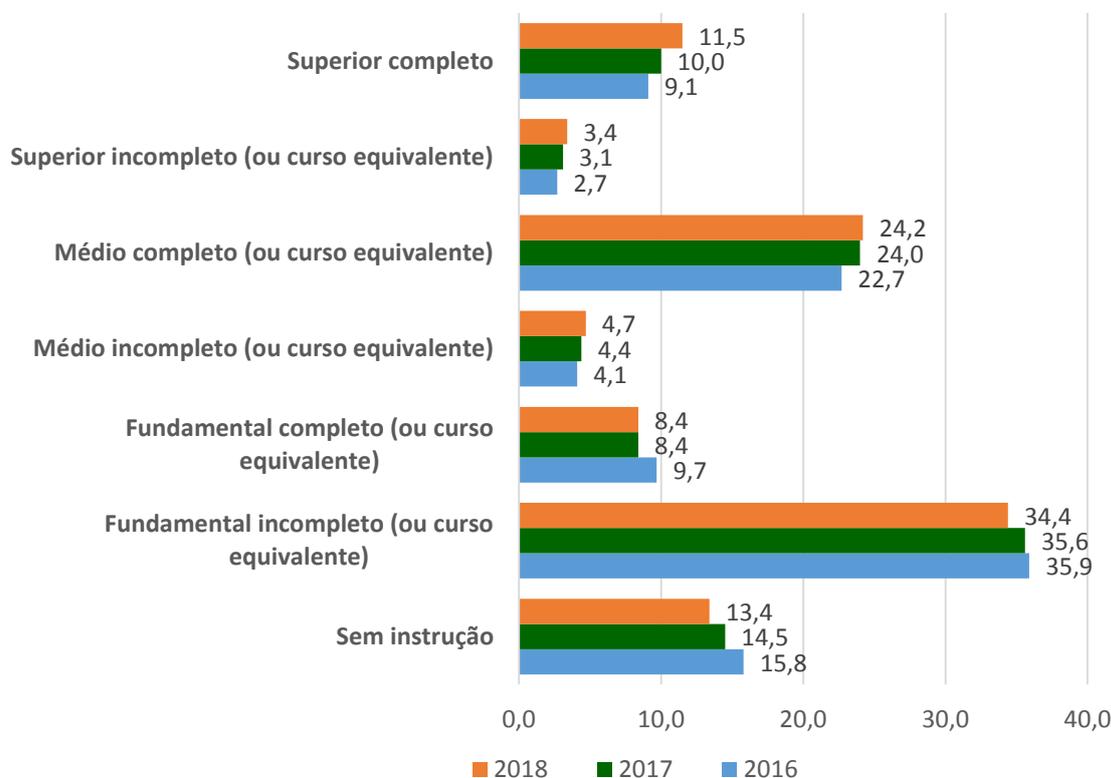
O Gráfico 3.5 apresenta para o Ceará, no período de 2016 a 2018, a distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução. Observa-se que, em 2018, a proporção de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo (13,4%), é superior aos que concluíram o Ensino Superior (11,5%) no Ceará.

A proporção de cearenses que concluiu a educação básica obrigatória no Brasil, ou seja, que concluiu no mínimo o Ensino Médio¹⁰, chegou a 39,1%, em 2018, ou seja, menos da metade da população cearense completou o ciclo obrigatório.

Contudo, mesmo no curto prazo, nota-se o aumento da proporção de pessoas com Ensino Superior completo no estado, que passou de 9,1%, em 2016, para 11,5%, em 2018.

Da população que não havia concluído a educação básica em 2018, 13,4% não tinham nenhuma instrução, 34,4% possuíam Ensino Fundamental incompleto, 8,4% o Ensino Fundamental completo e 4,7% o Ensino Médio incompleto. Apesar dos avanços, mais de 60% dos cearenses não haviam completado a educação básica em 2018.

Gráfico 3.5: Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, segundo o nível de instrução (em %) – Ceará – 2016 a 2018.

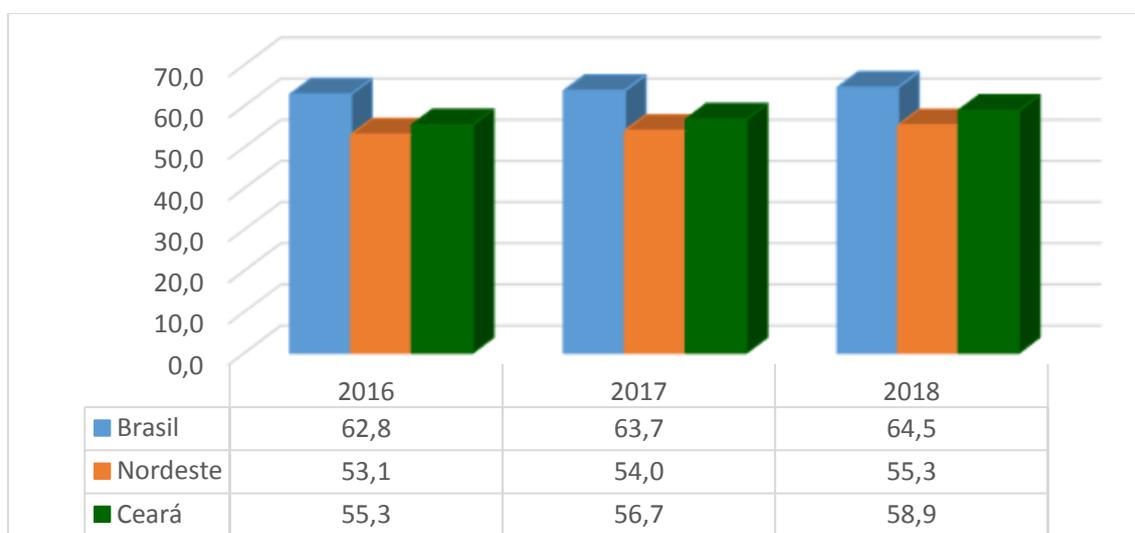


Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

¹⁰ Representa a soma [Superior Completo (11,5%) + Superior Incompleto (3,4%) + (Ensino Médio Completo (24,2%)]

Entretanto, a tendência é que este cenário mude a partir das oportunidades dadas às novas gerações, o Gráfico 3.6, mostra a proporção da população de 15 anos ou mais que tem, no mínimo, Ensino Fundamental completo. Nota-se que este indicador vem crescendo de forma contínua para as três regiões analisadas, sendo que o Ceará cresceu mais, cerca de 3,5 p.p, passando de 55,3%, em 2016, para 58,9%, em 2018. Enquanto no Brasil e no Nordeste, o crescimento foi de 1,6 p.p e 2,3 p.p, alcançando os valores de 64,5% e 55,3%, respectivamente, no último ano de análise.

Gráfico 3.6: Percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2018 (%).



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

No Gráfico 3.7, são expostos os resultados referentes àqueles que completaram, no mínimo, o Ensino Médio dentre a população de 19 anos ou mais. Não muito diferente dos demais indicadores, os valores apresentados pela Região Nordeste e o estado do Ceará são muito próximos. E a taxa de conclusão do Ensino Médio continua evoluindo para as três regiões analisadas. Em 2018, para a população de 19 anos ou mais de idade, a taxa de conclusão do Ensino Médio estava em torno de 49,9% no Brasil, 41,6% no Nordeste e 42,6% no Ceará.

Gráfico 3.7: Percentual da população de 19 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2018.



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.8 apresenta o percentual da população de 25 anos ou mais que já havia concluído o Ensino Superior. O percentual de brasileiros com nível superior completo passou de 15,3% em 2016, para 16,5%, em 2018. No entanto, ao desagregar as informações em diferentes territórios, como mostram os dados, a desigualdade educacional ainda é persistente e considerável, sobretudo, em relação a regiões pobres como o Nordeste e o estado do Ceará. Como o gráfico mostra, em 2018, no Nordeste e no Ceará, a proporção da população adulta com Ensino Superior era de somente 11,3% e 11,5%, respectivamente, bem abaixo da média nacional.

Gráfico 3.8: Percentual da população de 25 anos ou mais com pelo menos o Ensino Superior completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2018.



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

3.3 Taxas de frequência escolar

No Brasil, desde meados da década de 1990, importantes avanços foram observados em relação à expansão educacional em todas as Unidades Federativas do Brasil. Neste período, o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado e houve uma significativa expansão do número de vagas ofertadas para o Ensino Médio. No entanto, a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos só foi colocada como lei em 2013, através da Lei nº 12.796, de modo a garantir que o Estado fornecesse de forma gratuita educação para todos os brasileiros nessa faixa de idade.

Assim, é dever do Estado ofertar vagas escolares para crianças de 4 anos, ou da pré-escola, até a conclusão da educação básica, ou Ensino Médio. Tais iniciativas de expansão educacional garantem não somente maior acesso da população mais pobre ao sistema de ensino, proporcionando-lhes maior escolaridade, mas também torna o país mais competitivo no cenário internacional, por ter à disposição um estoque de capital humano mais qualificado.

Posto isso, a Tabela 3.1 apresenta informações referentes à taxa de escolarização no Brasil, Nordeste e Ceará, sem considerar a etapa de ensino frequentada pelo estudante. Em 2018, 2,5 milhões de cearenses frequentavam escola ou creche no Ceará. Entre as crianças de 0 a 3 anos, a taxa de frequência estava em torno de 34,9%, proporção superior ao Brasil (34,2) e ao Nordeste (30,6) e se compararmos o intervalo entre 2016 e 2018, o crescimento no estado foi de 0,9 p.p. Mesmo padrão segue a taxa de frequência das crianças de 4 a 5 anos, faixa correspondente à frequência da pré-escola, que foi de 97,4% no Ceará, em 2018, mostrando desempenho melhor que o Brasil (92,4) e a Região Nordeste (95,4). Para a população de 6 a 14 anos, a universalização foi praticamente alcançada nas três regiões, apesar de, mais uma vez, a frequência ter sido maior entre as crianças e adolescentes cearenses (99,5%).

A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos foi de 88,2%, 86,9% e 87,4%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. O Ceará apresentou a maior variação entre as regiões analisadas no período, tendo a frequência escolar deste grupo crescido 4,8 p.p. entre 2016 e 2018. Da população de 18 a 24 anos, a taxa de frequência, em 2018, foi de 32,7%, 31,5% e 27,4%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. E, para os de 25 anos ou mais, as taxas de frequência no Brasil, Nordeste e Ceará foram de 4,6%, 4,7% e 4,9%, respectivamente.

Tabela 3.1: Taxa de escolarização, segundo grupos de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2018 (%)

Local.	Ano	0-3 anos	4-5 anos	6-14 anos	15-17 anos	18-24 anos	25 anos ou +
Brasil	2016	30,4	90,2	99,2	87,2	32,8	4,2
	2017	32,7	91,7	99,2	87,2	31,7	4,3
	2018	34,2	92,4	99,3	88,2	32,7	4,6
Nordeste	2016	27,2	94,2	99,0	86,0	31,1	4,4
	2017	28,7	94,8	99,0	86,1	30,4	4,3
	2018	30,6	95,4	99,2	86,9	31,5	4,7
Ceará	2016	34,0	96,8	98,7	82,6	26,5	4,2
	2017	33,0	97,8	98,7	86,2	26,8	4,3
	2018	34,9	97,4	99,5	87,4	27,4	4,9

Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

Pelas informações apresentadas até aqui, observa-se que os indicadores de frequência escolar vêm melhorando, mas a reprovação e o abandono ainda são altos, refletindo diretamente no atraso escolar e na distorção idade-série. Na próxima tabela, é analisada a taxa de frequência escolar ajustada ou taxa de frequência líquida, que é calculada pela razão entre o número de estudantes com idade prevista para estar cursando uma determinada etapa de ensino (incluindo também as pessoas que já concluíram pelo menos essa etapa) pela população total na mesma faixa etária¹¹.

As duas primeiras colunas da Tabela 3.2 estão relacionadas a crianças que frequentam o Ensino Fundamental que foi dividido em duas etapas – de 6 a 10 anos de idade, anos iniciais (até o 5º ano) e de 11 a 14 anos, anos finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental. Das crianças de 6 a 10 anos frequentando a primeira etapa do Ensino Fundamental, observa-se uma melhora no período para todas as regiões analisadas. No Ceará, em 2018, 97,1% das crianças nessa faixa etária se encontravam na etapa ideal. No entanto, quando analisada a frequência ajustada dos estudantes de 11 a 14 anos, que deveriam frequentar os anos finais do Ensino Fundamental, cai para 90,5%. Porém, o desempenho do Ceará ainda foi superior ao Brasil e ao Nordeste, que exibiram taxas inferiores a 90%.

Em 2018, a taxa de escolaridade líquida do Ensino Médio entre a população de 15 a 17 anos no Brasil estava em torno de 69,3%, enquanto o Nordeste apresentou taxa bem abaixo da média nacional (61,3%). Por sua vez, no Ceará, observa-se que houve um significativo crescimento no período analisado. O percentual de adolescentes que

¹¹ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf

frequentavam o Ensino Médio cresceu de 67,6% para 73,4%, o que configura um aumento de 5,8 p.p, como pode ser observado na Tabela 3.2.

Para a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, o ideal seria que estes jovens estivessem frequentando o ensino superior, caso tivessem concluído a educação básica na idade adequada e tido a oportunidade de ingressar na universidade. Contudo, o atraso e a evasão escolar já é bem visível nos anos finais do Ensino Fundamental e se agrava ainda mais no Ensino Médio, fazendo com que muitos dos jovens nessa faixa de idade, não frequentem mais a escola ou estejam atrasados.

Em 2018, como visto anteriormente, no Ceará, a taxa de frequência escolar desses jovens, independente da etapa de ensino que frequentavam, era de 27,4% (Tabela 3.1), no entanto, somente 20% desses jovens frequentavam o ensino superior ou haviam completado esse nível de ensino, como pode ser observado na Tabela 3.2.

Tabela 3.2: Taxas ajustadas de frequência escolar líquida – Brasil, Nordeste e Ceará (em %) – 2016 a 2018.

Localidade	Ano	6 a 10 - Anos iniciais do EF	11 a 14 - Anos finais do EF	15 a 17 - EM	18 a 24 - ES
Brasil	2016	95,0	84,7	68,2	23,9
	2017	95,5	85,9	68,5	23,2
	2018	96,1	86,7	69,3	25,2
Nordeste	2016	95,2	80,6	59,2	17,6
	2017	95,3	82,0	60,7	16,8
	2018	95,7	83,4	61,3	19,2
Ceará	2016	95,8	88,2	67,6	17,5
	2017	96,2	89,0	68,6	18,3
	2018	97,1	90,5	73,4	20,0

Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE Elaboração: IPECE.

As informações aqui apresentadas mostraram que mudanças significativas na área educacional vêm ocorrendo no cenário nacional, regional e local nos últimos anos. Observamos que tem havido um esforço por parte do poder público para aumentar a cobertura escolar e a qualidade do ensino ofertado aos brasileiros. No entanto, os desafios ainda são muitos, ainda existe um longo caminho que precisa ser percorrido e superado para que todos tenham de fato acesso à educação de qualidade e gratuita.

Um dos grandes desafios, em termos de políticas educacionais, é garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola, por reduzir a taxa de evasão e abandono escolar, sobretudo, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

E foi com o objetivo de melhorar a situação educacional do Brasil que o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014-2024. Dentre as principais metas, destaca-se: a universalização da Educação Básica de 4 a 17 anos de idade; que pelo menos 95% dos alunos concluam o Ensino Fundamental com menos de 15 anos de idade; aumentar para 85% a taxa líquida de frequência do Ensino Médio da população de 15 a 17 anos; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, doze anos de estudos; erradicar o analfabetismo absoluto no país e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional e; melhoria da qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas.

As metas estabelecidas pelo PNE são ambiciosas e vão exigir esforços sincronizados entre as diferentes esferas administrativas do poder público e da sociedade, sobretudo, em regiões mais pobres, como o Nordeste e o Ceará.

4. MERCADO DE TRABALHO

Nesta seção da Síntese dos Indicadores Sociais, apresentamos indicadores relacionados ao mercado de trabalho cearense. Seguindo as seções anteriores, os indicadores são calculados para o Ceará, Nordeste e Brasil. O objetivo é apresentar o comportamento da dinâmica de mercado de trabalho no estado do Ceará, comparando-a com as dinâmicas regionais e a nacional.

Dentre os indicadores calculados estão: i) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho; ii) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade desalentada; iii) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada; iv) a proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente; v) o rendimento médio real habitual do trabalho principal para a população ocupada. Alguns desses indicadores são cruzados com informações adicionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) como faixa etária e nível de escolaridade. Diferentemente de edições anteriores, os indicadores apresentados são provenientes somente da PNADC no período de 2012 a 2018.

Vale salientar também que dentro do período de análise (2012 – 2018), o país enfrentou um processo muito forte de desaceleração econômica que muito provavelmente se refletiu nos indicadores de mercado de trabalho cearense. Os anos de 2012 a 2014 podem ser considerados como o período pré-crise econômica. Já os anos de 2015 a 2016 são considerados os anos de crise econômica quando a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto no Ceará se mostrou negativa. Os anos de 2017 e 2018 são considerados os anos de retomada do crescimento econômico no estado, ou seja, o período pós-crise econômica¹².

4.1 População Fora da Força de Trabalho

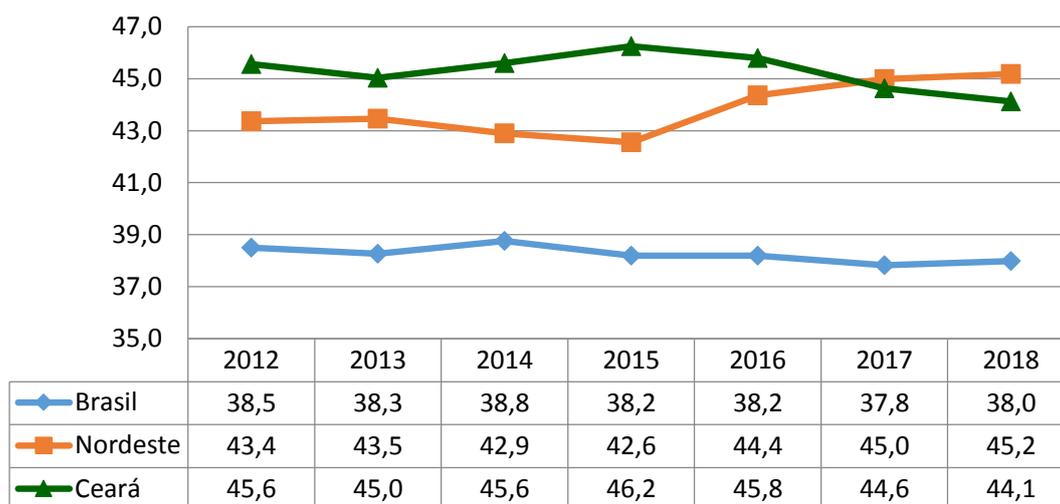
A força de trabalho compreende a população ocupada e desocupada na semana de referência, ou seja, a população ativa no mercado de trabalho. Já a população fora da força de trabalho é o complemento da população ocupada e desocupada na semana de referência. Esse grupamento populacional inclui pessoas inativas no mercado de trabalho

¹² Para maiores detalhes sobre o comportamento dos principais indicadores econômicos durante a crise econômica, acesse os Indicadores Econômicos do Ceará 2017 no link: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores Economicos 2013 a 2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/02/Indicadores_Economicos_2013_a_2017.pdf)

(por exemplo, aposentados e pensionistas), bem como pessoas que possuem potencial de se transformarem em força de trabalho.

O Gráfico 4.1 apresenta o comportamento da proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho no Ceará, Nordeste e Brasil. Em 2012, o Ceará apresentava um percentual de 45,6% de pessoas de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho. Esse percentual saltou para 46,2% em 2015, durante a crise econômica, e retrocedeu para 44,1% em 2018 no pós-crise. Note que entre 2012 e 2018, houve uma redução de 1,5 p.p., fazendo com que o Ceará permanecesse abaixo da média regional (45,2%). No entanto, o Ceará está 6,1 p.p. acima da média nacional (38%) em 2018. Ou seja, no período de retomada do crescimento econômico no Ceará, houve um aumento da força de trabalho no mercado laboral cearense.

Gráfico 4.1: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho – Brasil, Nordeste e Ceará -2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

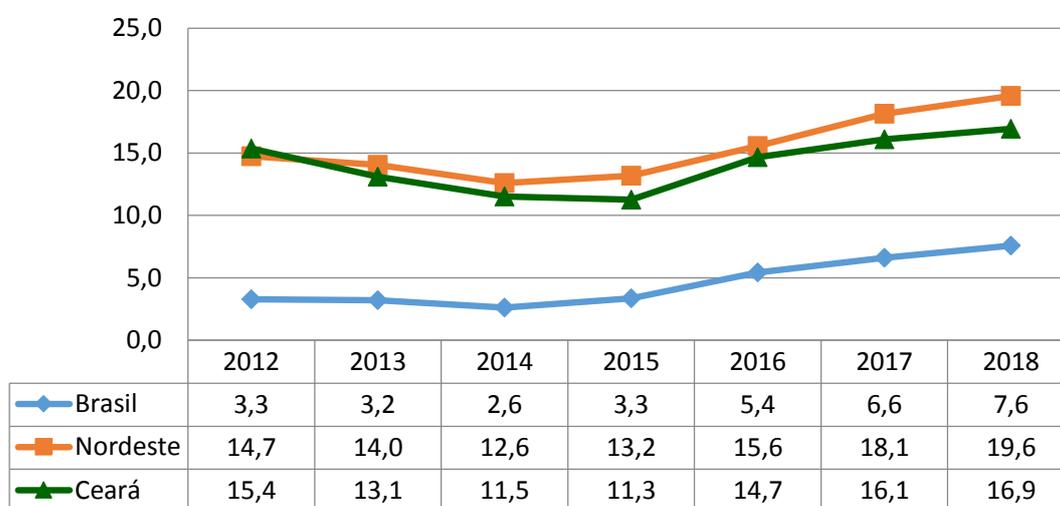
Um subgrupo importante da população fora da força de trabalho é aquele que compõe a força de trabalho potencial. Segundo o IBGE, a força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, portanto estavam fora da força de trabalho, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Este contingente é formado por dois subgrupos:

- i. pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência;

- ii. pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

O Gráfico 4.2 mostra como a proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificadas como força de trabalho potencial, se comportou ao longo dos anos.

Gráfico 4.2: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificadas como força de trabalho potencial – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

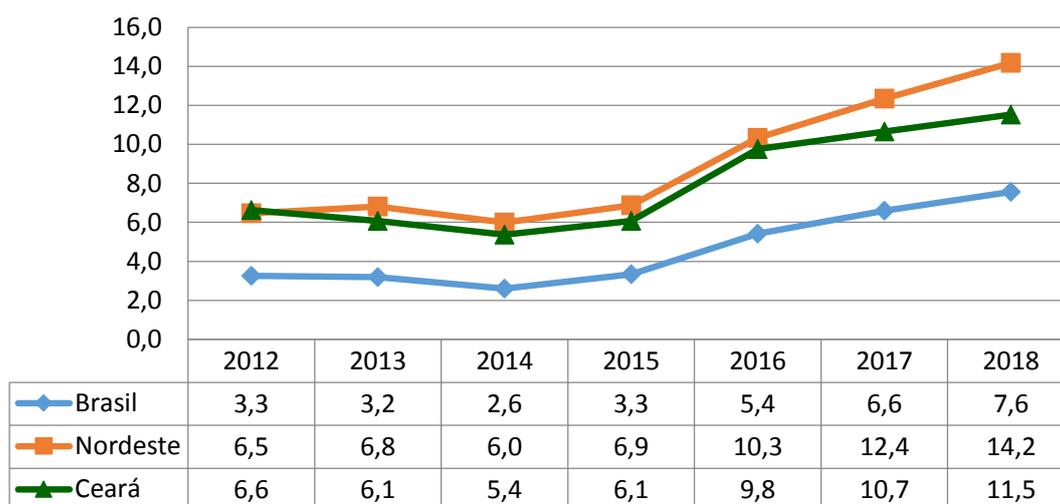
No Gráfico 4.2, percebe-se que no período pré-crise econômica, a força de trabalho potencial era decrescente no Ceará, muito provavelmente por causa da elevada absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho do estado. O percentual era de 15,4% em 2012, passando para 11,3% em 2015. Durante a crise econômica, o percentual saltou para 14,7% em 2016. No período pós-crise econômica, o indicador continuou crescendo e alcançou 16,9% em 2018. Isso significou um crescimento de 1,5 p.p. entre 2012 e 2018 na proporção da população de 14 anos ou mais fora da força de trabalho, mas com potencial de se inserir no mercado laboral cearense.

O gráfico mostra ainda que o mesmo comportamento do indicador observado para o Ceará, também foi observado para o Nordeste e Brasil. Em 2018, o Ceará apresentou um percentual (16,9%) abaixo da média regional (19,6%), mas substancialmente acima da média nacional (7,6%).

Parte do comportamento da força de trabalho potencial é explicada pela dinâmica observada na população desalentada, ou seja, aquele subgrupo da força de trabalho potencial que desistiu de procurar emprego. Segundo o IBGE, a população desalentada inclui pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias pelos seguintes motivos: i) não ter conseguido trabalho adequado; ii) não ter experiência profissional ou qualificação; iii) não haver trabalho na localidade em que residia; iv) ou não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso.

O Gráfico 4.3 mostra a proporção da população de 14 anos ou mais de idade pertencente à força de trabalho, mas classificada como desalentada.

Gráfico 4.3: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade pertencente à força de trabalho, mas classificada como desalentada – Brasil, Nordeste e Ceará -2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

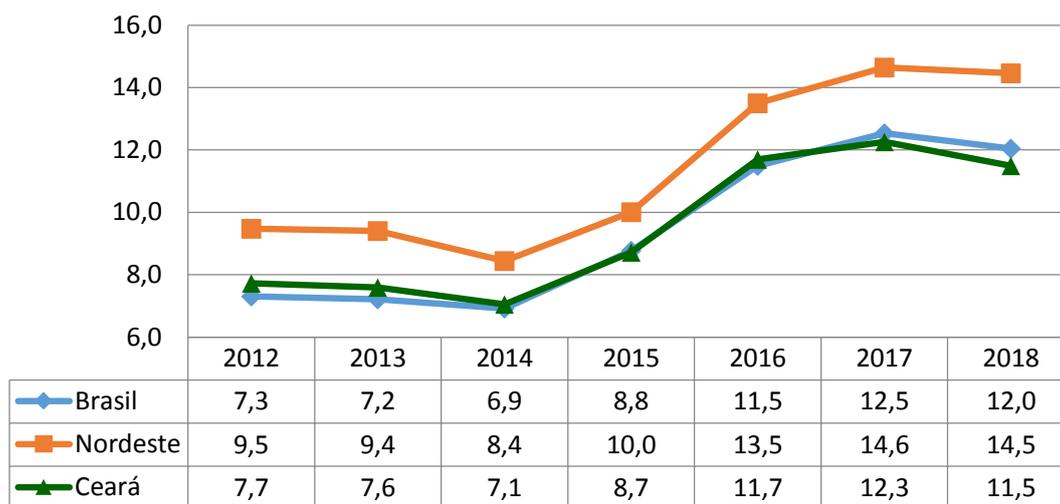
No Gráfico 4.3, a população desalentada era decrescente no período pré-crise econômica, cujo percentual saiu de 6,6% para 5,4% entre 2012 e 2014. Durante a crise econômica, o percentual saltou para 9,8% em 2016. No período pós-crise econômica, o indicador continuou crescendo e alcançou 11,5% em 2018. Isso significou um crescimento de 4,9 p.p. na proporção da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho classificada como desalentada no Ceará. Apesar da retomada do crescimento econômico no Ceará, o período pós-crise econômica ainda traz reflexos negativos da desaceleração econômica sofrida entre 2015 e 2016.

Embora a parcela da população fora da força de trabalho tenha sido reduzida no período pós-crise econômica, a força de trabalho potencial e a população desalentada cresceram no Ceará indicando que o mercado de trabalho ainda não apresenta uma dinâmica de absorção de mão-de-obra como observada no período pré-crise econômica. Esse aspecto da dinâmica do mercado de trabalho fica claro na subseção seguinte que trata da taxa de desocupação.

4.2 População Desocupada

O indicador de mercado de trabalho que mais reflete os efeitos da crise econômica recente no Ceará é a taxa de desocupação. Esse indicador é a proporção da população desocupada com respeito à força de trabalho. O Gráfico 4.4 apresenta a taxa de desocupação para o Ceará, Nordeste e Brasil no período de 2012 a 2018.

Gráfico 4.4: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018 (%).



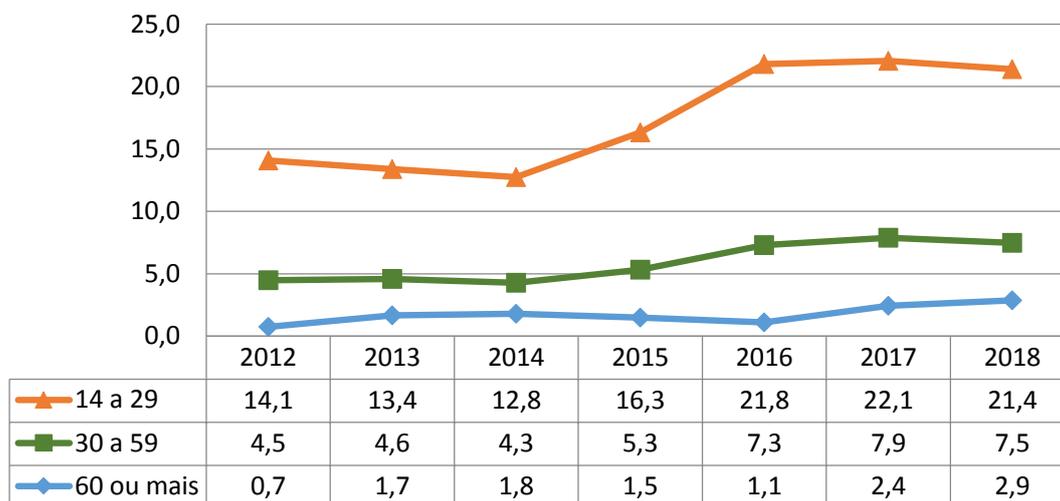
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No período pré-crise econômica, a taxa de desocupação no Ceará era decrescente variando de 7,7% a 7,1% entre 2012 e 2014. Em 2015, a taxa salta para 8,7% e chegando a 12,3% em 2017. Em 2018, a taxa retrocedeu para 11,5%. Portanto, o Ceará experimentou um aumento de 3,8 p.p. na taxa de desocupação.

Vale salientar que o Ceará apresentou taxa de desocupação sempre menor que a média regional, a qual alcançou 14,5% em 2018. Em 2017 e 2018, o Ceará mostrou taxas de desocupação inferior à média nacional, a qual chegou a 12,0% no último ano da série.

O Gráfico 4.5 mostra a taxa de desocupação por faixas etárias. Claramente, percebe-se que a dinâmica deste indicador foi muito influenciada pela queda de absorção de jovens no mercado de trabalho cearense.

Gráfico 4.5: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por faixa etária – Ceará – 2012 a 2018 (%).



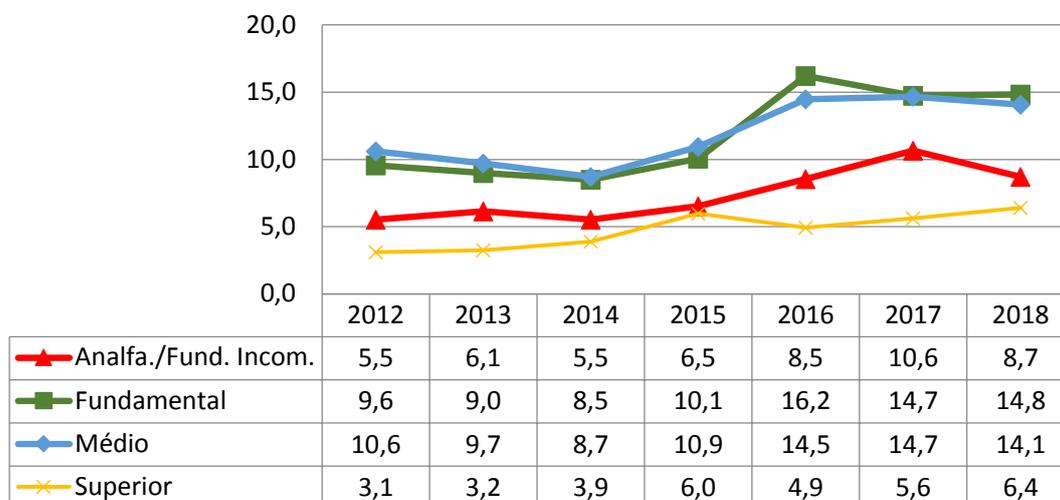
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Na faixa etária de 14 a 29 anos, a taxa de desocupação cresceu 7,1 p.p. saindo de 14,1% em 2012 para 21,4% em 2018. Na faixa etária de 30 a 59 anos, o aumento na taxa de desocupação foi de 3 p.p., saindo de 4,5% para 7,5% entre 2012 e 2018. A população de 60 anos ou mais de idade também experimentou aumento na taxa de desocupação, a qual variou de 0,7% a 2,9% no mesmo período.

No Gráfico 4.6, observa-se que a taxa de desocupação é sempre mais baixa entre a população com ensino superior. Para esse grupo populacional, a taxa de desocupação variou de 3,1% em 2012 a 6,4% em 2018. No período pós-crise econômica, o aumento da desocupação entre os mais escolarizados pode refletir uma maior espera por ofertas salariais maiores, uma vez que o salário de reserva de profissionais qualificados tende a ser mais elevado do que a média dos profissionais.

Por outro lado, os grupos populacionais com ensino fundamental completo e ensino médio completo foram os que mais sofreram com o desemprego no Ceará. Para a população com ensino médio, a taxa de desocupação cresceu 3,5 p.p., saindo de 10,6% para 14,1% entre 2012 e 2018. Para a população com ensino fundamental completo, a taxa de desocupação cresceu 5,2 p.p., saindo de 9,6% para 14,8% entre 2012 e 2018.

Gráfico 4.6: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por nível de escolaridade – Ceará – 2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Para a população menos escolarizada (isto é, analfabetos ou com fundamental incompleto), a taxa de desocupação também se mostrou crescente entre 2012 e 2017, saindo de 5,5% para 10,6% (ou seja, um aumento de 5,1 p.p.) nesse período. No entanto, houve uma pequena redução de 1,9 p.p. em 2018 com respeito ao ano anterior. Vale salientar que a taxa de desocupação para a população menos escolarizada é menor do que a média para a população com ensino fundamental completo e ensino médio, em parte, devido ao alto grau de informalidade das ocupações do primeiro grupo. O grau de informalidade do mercado de trabalho cearense é tratado na próxima subseção.

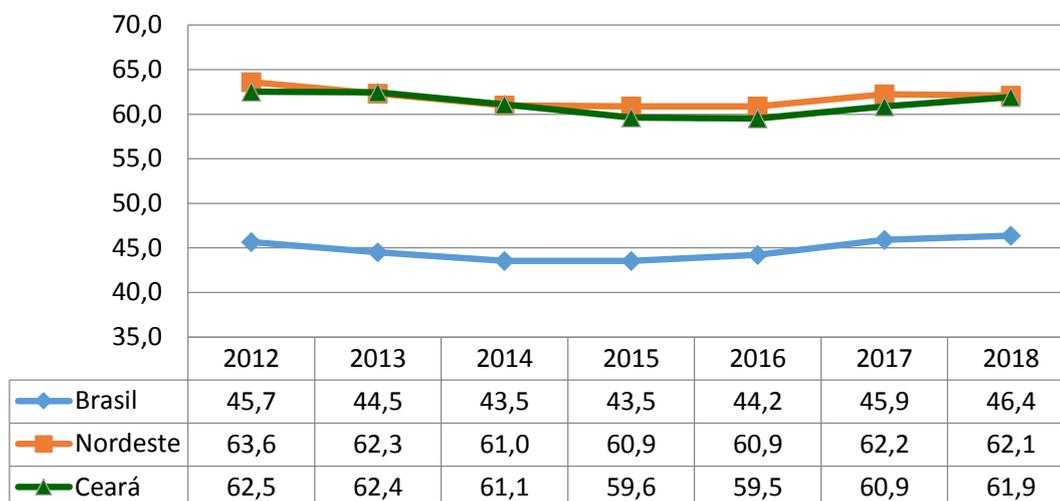
4.3 Informalidade

O grau de informalidade do mercado de trabalho é mensurado por meio da proporção da população ocupada de 14 anos ou mais de idade sem carteira assinada (empregados do setor privado e domésticos), os sem CNPJ (empregadores e por conta própria) e os sem remuneração (auxíliam em trabalhos para a família). Esse indicador reflete o grau de precarização do mercado de trabalho.

O Gráfico 4.7 mostra um movimento de queda da informalidade no mercado de trabalho cearense no período pré-crise econômica. Em 2012, 62,5% da população ocupada encontrava-se na informalidade. Esse indicador caiu para 59,5% em 2016, mas saltou para 61,9% em 2018. O fato é que, neste último ano da série, mais da metade da população ocupada no Ceará (61,9%) encontrava-se no setor informal do mercado de

trabalho, assim como observado para a Região Nordeste (62,1%). No Brasil, esse percentual chegou a 46,4%.

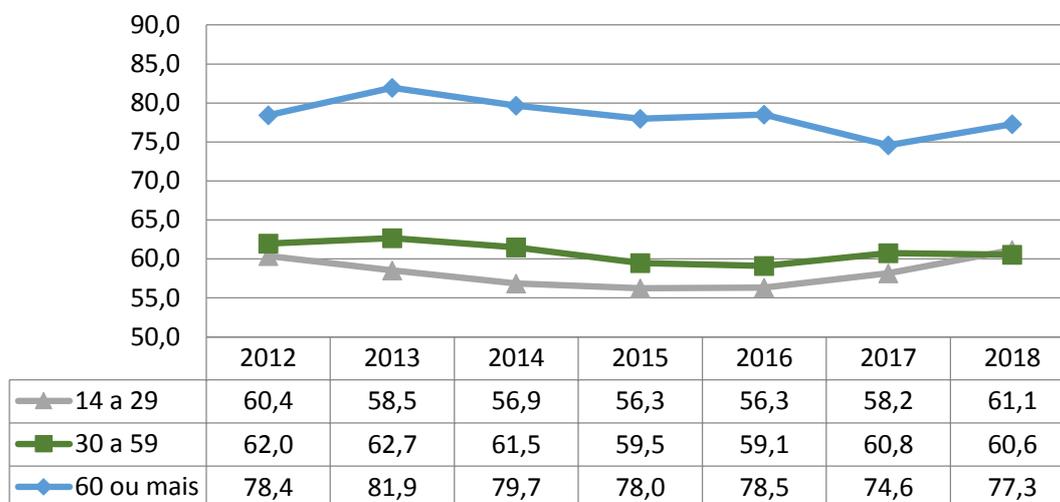
Gráfico 4.7: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.8, observa-se que o grau de informalidade das ocupações é substancialmente mais elevado para a população de 60 anos ou mais de idade no Ceará. Em 2013, esse indicador chegou a 81,9% em 2013, mas caiu para 77,3% em 2018. A população entre 30 e 59 anos de idade experimentou uma leve redução do grau de informalidade, cujo percentual variou de 62% para 60,6% entre 2012 e 2018. No entanto, a população jovem (14 a 29 anos) experimentou um crescimento da informalidade das ocupações, embora tenha havido uma tendência de redução no período pré-crise econômica. Para esse grupo demográfico, o indicador aumentou 0,7 p.p., saindo de 60,4% para 61,1% entre 2012 e 2018.

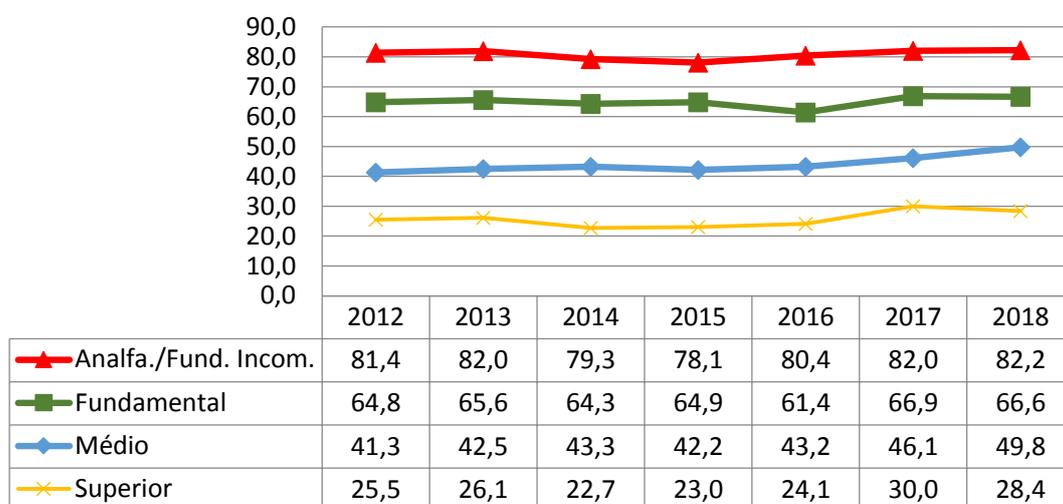
Gráfico 4.8: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente por faixa etária – Ceará - 2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.9, percebe-se que o percentual de ocupações informais é decrescente com o nível de escolaridade da população ocupada. Para a população analfabeta ou com ensino fundamental incompleto, esse percentual chegou a 82,2% em 2018. Para a população ocupada com ensino fundamental completo, esse percentual chegou a 66,6%. Para esses dois grupos populacionais, a informalidade pouco variou no período de análise. Todavia, a população ocupada com ensino médio experimentou um crescimento de 8,5 p.p. na informalidade, cujo percentual saiu de 41,3% para 49,8% entre 2012 e 2018. A população com ensino superior também experimentou crescimento da informalidade. O percentual da população ocupada informalmente saltou de 25,5% para 28,4% entre 2012 e 2018. Esse último resultado mostra que o crescimento recente da informalidade no mercado de trabalho cearense no período pós-crise econômica tem sido influenciado especialmente pela população mais escolarizada.

Gráfico 4.9: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente por nível de escolaridade – Ceará - 2012 a 2018 (%).



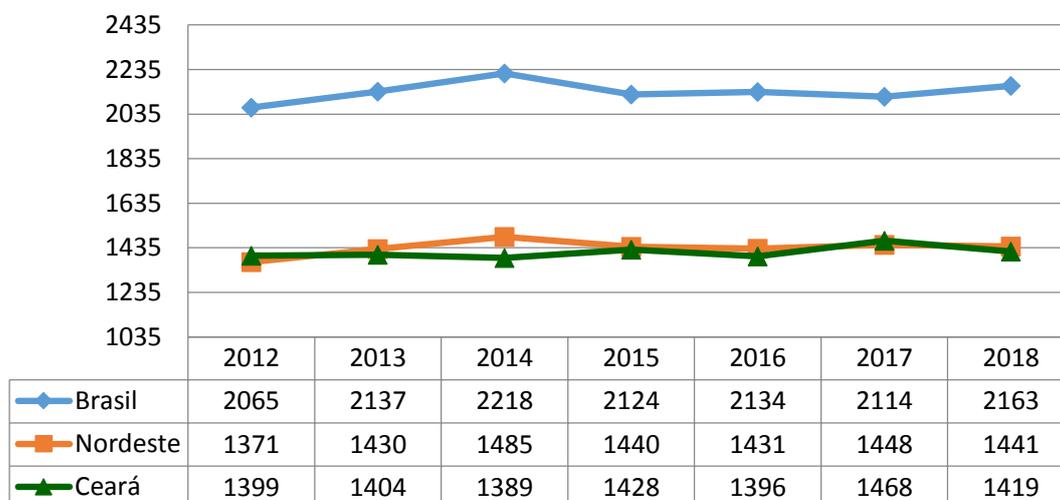
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

4.4 Rendimento do Trabalho Principal

Uma variável importante do mercado de trabalho é o rendimento obtido pela pessoa em seu trabalho principal. Essa variável reflete o preço da força de trabalho, assumindo uma jornada diária de 8 horas de trabalho. O Gráfico 4.10 mostra uma variação muito pequena no rendimento médio mensal do trabalho da população cearense. Entre 2012 e 2018, houve um crescimento real de apenas 1,4%, saindo de R\$1.399 para R\$1.419. No último ano da série, o rendimento médio mensal do trabalho da população cearense está 1,5% abaixo da média regional (R\$1.441), e 52% abaixo da média nacional (R\$2.163). Essa diferença de rendimento para a média nacional tem se mantido ao longo dos anos, apesar da redução do diferencial de escolaridade como mostrado na Seção 3.

Vale salientar também que o rendimento médio mensal do trabalho no Ceará obteve ganho real (1,4% entre 2012 e 2018) mesmo com os efeitos da crise econômica no mercado de trabalho. A média nacional sofreu queda de 4,2% entre 2014 e 2015, interrompendo a tendência de crescimento do rendimento real. Da mesma forma, a Região Nordeste também apresentou queda de 3% do rendimento real entre 2014 e 2015.

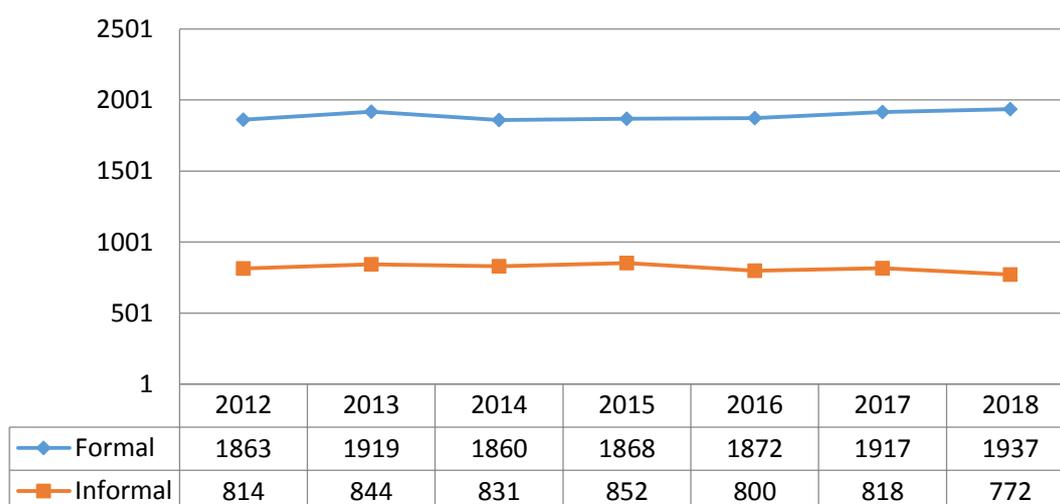
Gráfico 4.10: Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2018 (em R\$).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Esse pequeno ganho real do rendimento do trabalho principal no Ceará pode ser explicado pela ganho real do rendimento no setor formal da economia. O Gráfico 4.11 mostra o rendimento médio real para a população ocupada no setor formal e informal do mercado de trabalho cearense. Enquanto o rendimento real no setor formal cresceu aproximadamente 4% entre 2012 e 2018, houve uma redução real de 5,2% no rendimento médio mensal da população ocupada no setor informal.

Gráfico 4.11: Rendimento médio mensal real e habitual do trabalho principal para ocupações formais e informais – Ceará - 2012 a 2018 (em R\$).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

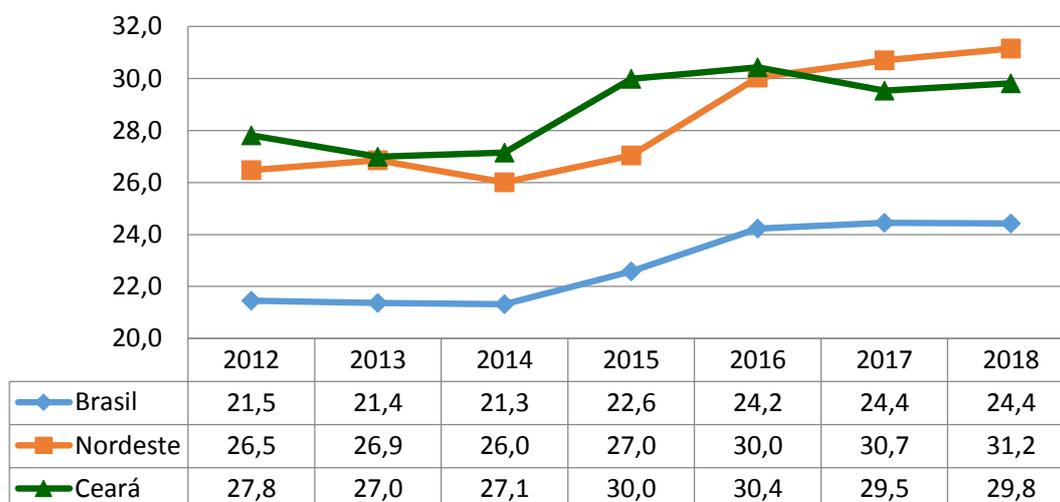
Em 2018, o rendimento médio no setor formal chegou a R\$1.937, enquanto no setor informal o rendimento médio está abaixo do salário mínimo, R\$772. O diferencial que era de 128% em 2012, passou a ser de 151% em 2018. Claramente, o aumento do diferencial de rendimento entre esses dois setores reflete o ganho real do rendimento médio mensal no setor formal e a perda real no setor informal do mercado laboral.

4.5 Jovens fora da Escola e sem Ocupação

Esta subseção é dedicada a apresentar o percentual de jovens de 15 a 29 anos que estão fora da escola e sem ocupação. Quanto maior o número de jovens nessa condição menor é a geração de riqueza de uma sociedade, e maiores serão os custos sociais associados a tal fenômeno. Vale salientar que o jovem fora da escola pode ter completado os estudos, seja a educação básica ou o ensino superior. Todavia, o fato de não ter um emprego implica dizer que seu capital humano não está gerando renda para si, bem como não está gerando riqueza para a sociedade.

O Gráfico 4.12 mostra o percentual de jovens que estão fora da escola e sem ocupação no período de 2012 a 2018. O Ceará apresentava um percentual de 27,8% de jovens nessa condição, saltando para 30,4% em 2016 durante a crise econômica. A baixa absorção dos jovens no mercado de trabalho levou muitos jovens a essa condição (ver Gráfico 4.5). Essa proporção caiu para 29,8% em 2018, mas abaixo da média regional (31,2%) e acima da média nacional (24,4%).

Gráfico 4.12: Proporção de jovens de 15 a 29 anos fora da escola/universidade e sem ocupação – Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2018 (%).

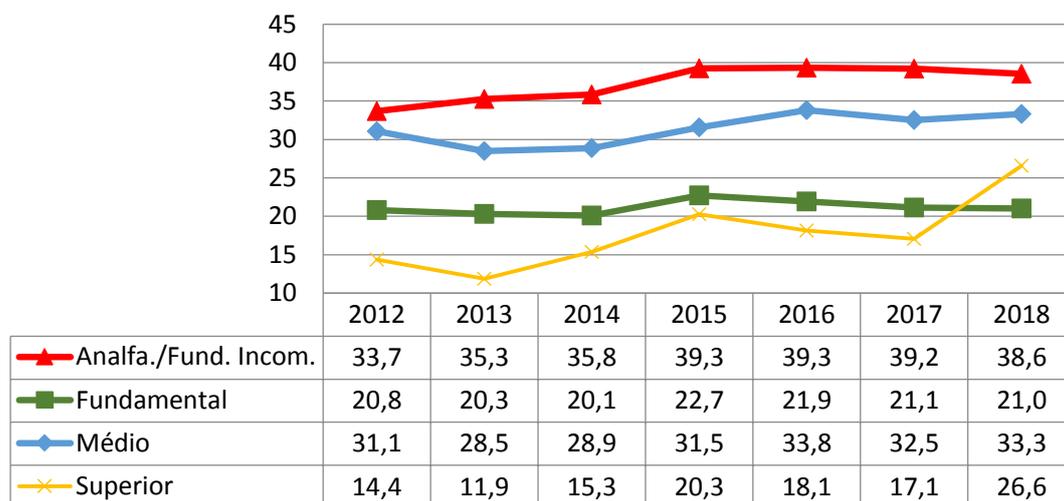


Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Observado o percentual de jovens que estão fora da escola e sem ocupação por nível de escolaridade alcançada (ver Gráfico 4.13), percebe-se um aumento da proporção especialmente para jovens com ensino médio completo e superior completo. Entre jovens com ensino médio completo, o indicador alcançou os 33,3% em 2018, 2,2 p.p. acima do valor observado em 2012. Entre jovens com ensino superior, o percentual chegou a 26,6% em 2018, 12,2 p.p. acima da proporção observada no início da série.

Jovens com ensino fundamental completo experimentaram um leve aumento no percentual, saindo de 20,8% em 2012 para 21% em 2018. Já entre jovens analfabetos ou com fundamental incompleto, o percentual saiu de 33,7% em 2012 para 38,6% em 2018.

Gráfico 4.13: Proporção de jovens de 15 a 29 anos fora da escola/universidade e sem ocupação por nível de escolaridade – Ceará - 2012 a 2018 (%).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Portanto, a dinâmica econômica recente parece ter influenciado também a proporção de jovens que estão fora da escola e sem ocupação, mesmo entre aqueles mais escolarizados. A crise econômica vivida no país e no Ceará entre 2015 e 2016, tem-se refletido nos indicadores de mercado de trabalho se estendendo no período pós-crise (2017-2018).

5. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA MONETÁRIA

A crise econômica e seus efeitos sobre o mercado de trabalho interromperam um período prolongado de redução da desigualdade e da pobreza no país. Esse período, que durou do início da década passada até meados de 2014, foi marcado pela expansão dos programas de transferência de renda, a ampliação do crédito e a concessão de subsídios a setores específicos do setor produtivo. As medidas de estímulo à economia associadas a um cenário internacional favorável promoveram um aumento da renda e do consumo das famílias. O aumento da demanda por serviços, por sua vez, possibilitou a incorporação de um grande contingente de trabalhadores de baixa escolaridade ao mercado de trabalho. Enquanto o aumento da formalização do emprego e a valorização do salário mínimo aumentaram o poder de compra dos trabalhadores.

Com o fim do ciclo de expansão dos preços das *commodities*, a continuidade do crescimento acelerado dos gastos públicos, em um momento de queda na receita da arrecadação de impostos, produziu déficits primários crescentes provocando o aumento do endividamento do setor público. A reversão do cenário externo favorável reduziu a entrada de capitais para o financiamento da dívida pública. Nesse cenário, o governo foi obrigado a adotar medidas econômicas restritivas, a partir de 2015, como o aumento da taxa de juros, o corte de programas sociais e a realização de “reformas” para reduzir o ritmo da expansão dos gastos públicos. No curto prazo, isso afetou negativamente a economia, produzindo o aumento do desemprego, da desigualdade e da pobreza nos últimos anos.

O objetivo deste capítulo é analisar o comportamento dos indicadores de pobreza monetária e de desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no período recente. A fonte de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNAD Contínua) de 2012 a 2018. A escolha dos indicadores levou em conta a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as linhas de pobreza adotadas pelo governo federal para inclusão de beneficiários no Bolsa Família, e pelo governo estadual para a definição do público alvo dos projetos financiados pelo Fundo de Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

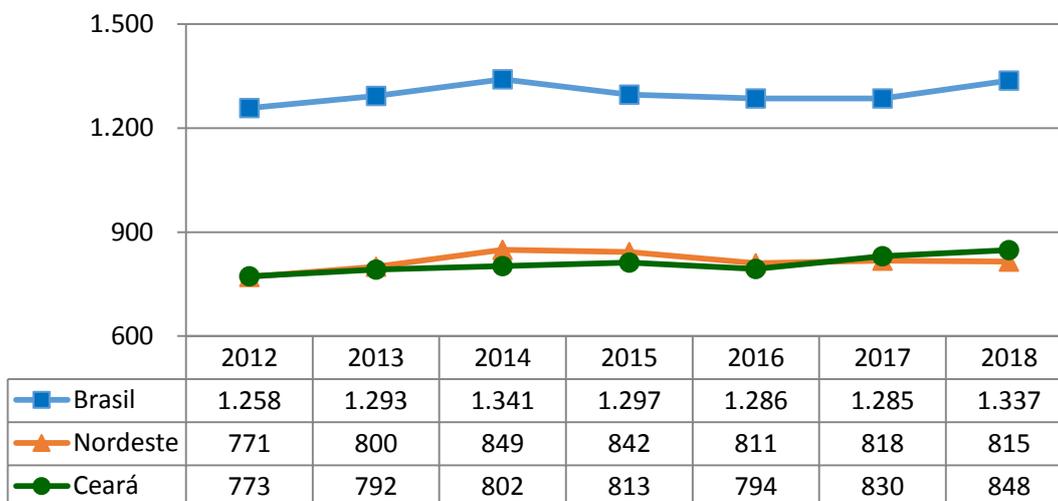
A análise do desempenho estadual será realizada pela comparação com a Região Nordeste e o Brasil. Além disso, considerando a divisão territorial permitida pela PNAD Contínua, os principais indicadores serão calculados também para o município da capital,

a Região Metropolitana de Fortaleza (exceto a capital) e o interior do estado, onde as zonas urbana e rural serão analisadas separadamente.

5.1 Rendimento domiciliar per capita

O Gráfico 5.1 mostra a evolução do rendimento domiciliar *per capita* real mensal da população. O primeiro ponto a ser destacado é a grande desigualdade regional na distribuição de renda no país, considerando as diferenças entre a renda média nacional e as dos estados da Região Nordeste. Em relação à variação ao longo dos anos, observa-se uma tendência comum, com crescimento no período 2012-2014, redução no biênio 2015-2016 e recuperação nos anos 2017-2018. Entre os anos de 2012 e 2018, o Ceará apresentou uma taxa de crescimento anual da renda média de 1,55% ao ano, superior às taxas do Brasil e do Nordeste, 1,02% e 0,94%, respectivamente. Vale destacar que, ao final do período, apenas a renda média cearense se encontrava em patamar superior ao valor do período pré-crise.

Gráfico 5.1: Rendimento domiciliar *per capita* médio mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018 (em R\$)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

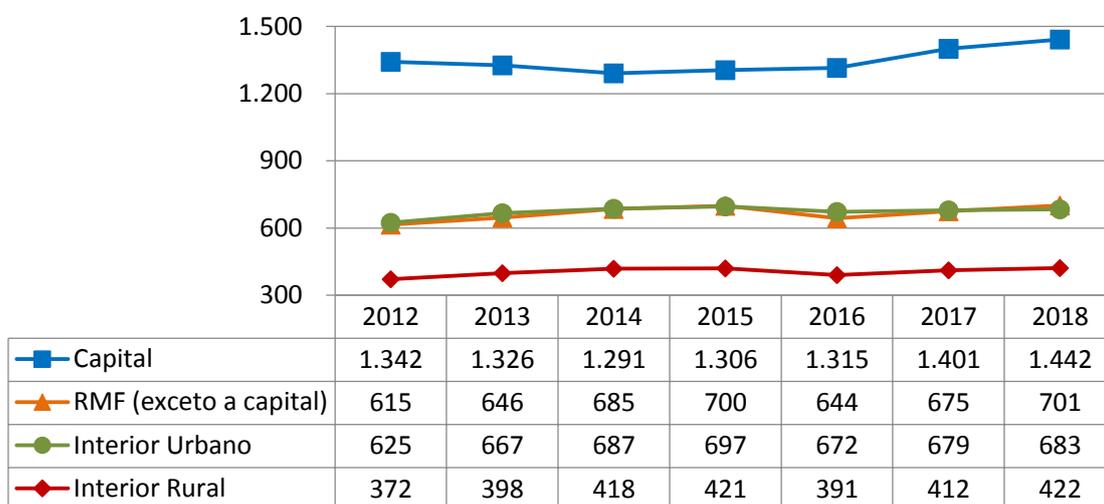
Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Com relação às disparidades internas ao território cearense, o Gráfico 5.2 revela a elevada concentração de renda em favor da capital, que possui uma renda média maior que o dobro dos demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e, também, da zona urbana dos municípios do interior do estado. Comparando com renda média da zona rural, essa diferença é ainda maior. Outro ponto que merece destaque é

que a renda média do interior urbano foi a única que encerrou o período com um valor levemente inferior ao período pré-crise.

Analisando as taxas anuais de crescimento, o rendimento *per capita* médio da capital foi o que menos cresceu (1,20% a.a.), durante o período 2012-2018. E, diferentemente do que ocorreu com a renda média estadual, ela caiu entre os anos de 2012 a 2014, e cresceu em todos os anos seguintes. Porém, o maior crescimento se deu no restante da RMF (2,19% a.a.). Já as rendas médias das zonas rural e urbana do interior do estado cresceram, respectivamente, 2,09% e 1,50% ao ano.

Gráfico 5.2: Rendimento domiciliar *per capita* médio mensal – Capital, RMF (exceto a capital), Interior urbano e Interior rural – 2012 a 2018 (em R\$)



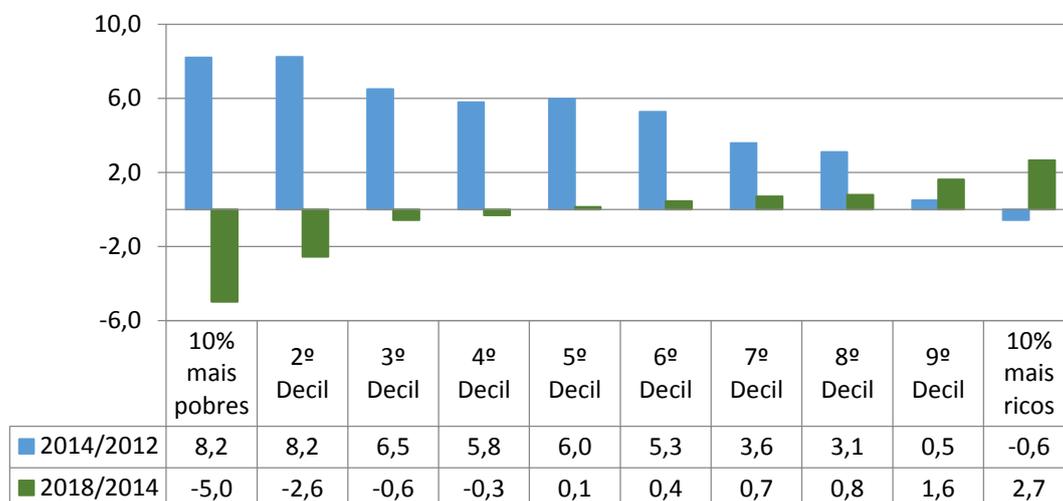
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.
Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

As taxas apresentadas até agora mostraram o crescimento da renda *per capita* média da população total. Mas, para entender o comportamento da desigualdade, será necessário analisar como o crescimento se distribuiu entre os diferentes estratos da população. O Gráfico 5.3, a seguir, apresenta as taxas de crescimento por décimos da distribuição de renda.

Durante o período pré-crise, havia uma relação inversa entre taxa de crescimento e valor do rendimento *per capita* médio. Quanto menor o valor da renda, maior era sua taxa de crescimento. Esse resultado produziu as reduções nos índices de desigualdade e pobreza, durante o período 2012-2014, como será visto mais adiante. Contudo, com o início da crise, houve uma clara reversão desta tendência. A renda dos mais ricos passou a crescer, enquanto a dos mais pobres começou a cair. Comparando os extremos da

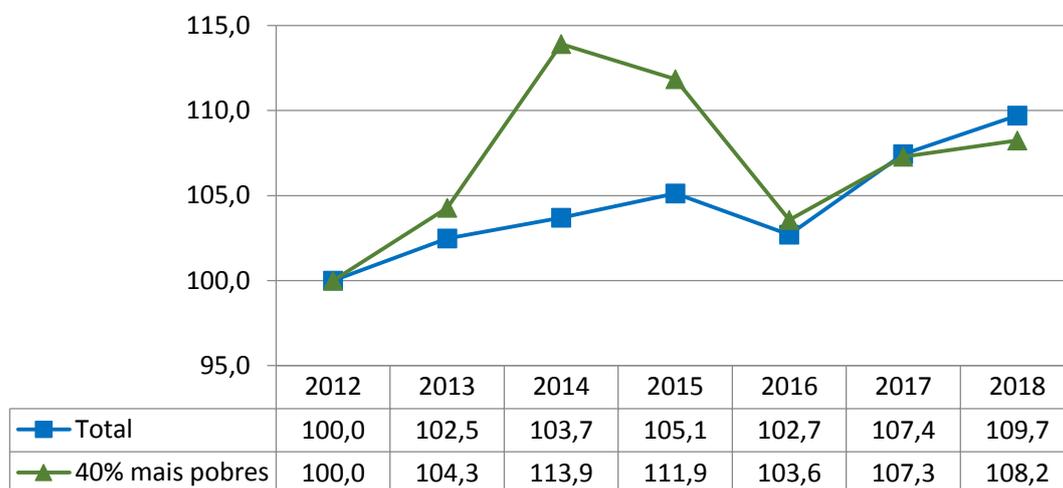
distribuição, a renda dos 10% mais ricos cresceu à taxa média anual de 2,7% e a dos 10% mais pobres caiu 5,0% ao ano, em média, entre os de 2014 e 2018¹³.

Gráfico 5.3: Taxa de crescimento anual do rendimento domiciliar *per capita* médio por décimos da distribuição de renda – Ceará – 2014/2012 e 2018/2014 (%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012, 2014 e 2018. Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Gráfico 5.4: Número índice do rendimento domiciliar *per capita* médio por décimos de rendimento – Ceará – 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Uma estratégia proposta pela Agenda 2030, para alcançar o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável N°10: a redução da desigualdade dentro dos países e entre

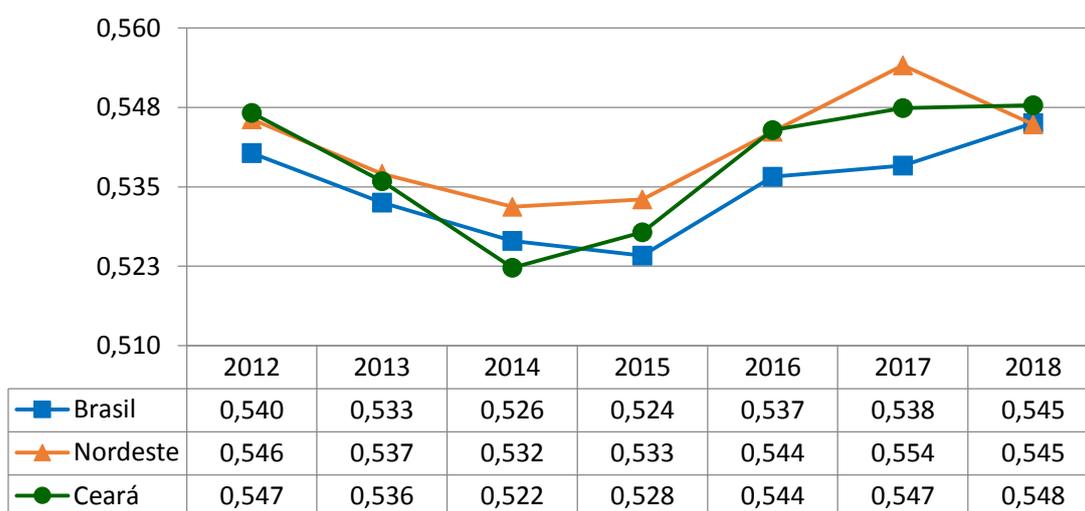
¹³ A Tabela 1, em anexo, apresenta as taxas de crescimento por décimos do rendimento para cada ano.

eles, é promover o crescimento sustentável da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média da população. O Gráfico 5.4 permite comparar as variações da renda *per capita* dos 40% mais pobres e da população total do estado, através da comparação dos seus respectivos números-índices. No período 2012-2015, o rendimento dos 40% mais pobres, no Ceará, cresceu a uma taxa maior do que a média estadual. Mas, durante o biênio 2016-2017, essa diferença se reduziu consideravelmente, até se inverter no último ano. Esse resultado ajuda a explicar o aumento da desigualdade no estado, nos últimos anos, como será visto a seguir.

5.2 Desigualdade de renda

Após mais de uma década de redução, a partir de 2015, a desigualdade voltou a aumentar no país. O Gráfico 5.5 mostra a evolução do índice de Gini¹⁴ do rendimento domiciliar *per capita*. Desde de que voltou a crescer, a desigualdade caiu somente no Nordeste, e apenas no último ano. No estado, após uma expressiva redução que fez com que se tornasse menos desigual que o país, em 2014, a desigualdade vem crescendo de forma contínua. O maior aumento ocorreu no biênio 2015-2016. Todavia, vale destacar que, no Ceará e no Nordeste, a desigualdade voltou praticamente ao mesmo patamar de 2012. Enquanto o país vivencia uma desigualdade maior do que a do início do período.

Gráfico 5.5: Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* mensal – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018



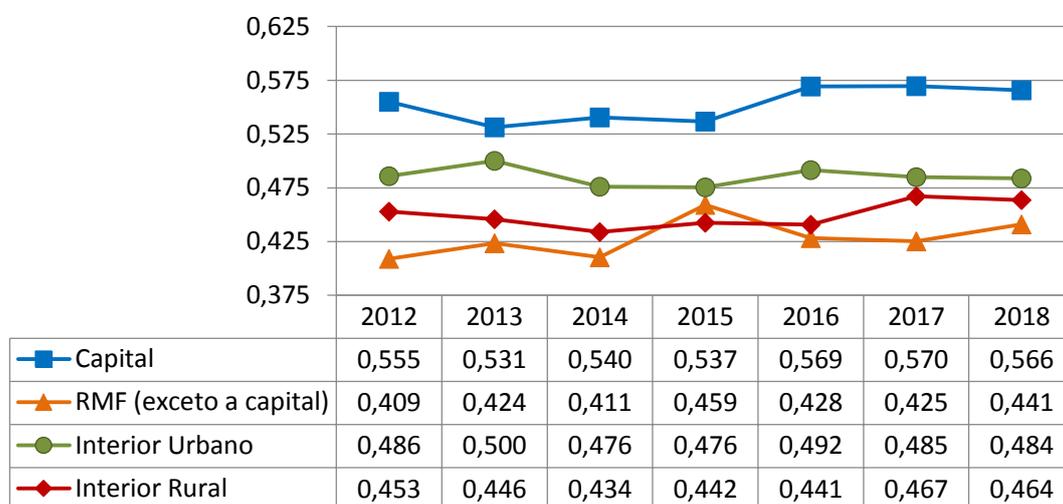
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

¹⁴ O índice de Gini assume valores no intervalo entre 0 e 1, no qual 0 corresponde à completa igualdade (todas as pessoas têm a mesma renda) e 1 corresponde à extrema desigualdade (quando uma pessoa detém toda a renda e as demais nada recebem).

O Gráfico 5.6 descreve o comportamento da desigualdade entre as diferentes áreas do território cearense. Somente a zona rural apresentou tendência similar à do estado, com redução contínua no período pré-crise, e crescimento no período pós-crise. A única diferença foi uma pequena redução do Gini rural, no último ano. Nas demais áreas, observam-se variações pontuais com alternância entre anos de crescimento e declínio. Contudo, ao final do período, exceto na zona urbana dos municípios do interior, a desigualdade foi maior do que a inicial. O maior crescimento ocorreu nos municípios da RMF (exceto a capital), seguidos pelo interior rural e pelo município de Fortaleza.

Gráfico 5.6: Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* mensal – Capital, RMF (exceto a capital), Interior urbano e Interior rural – 2012 a 2018

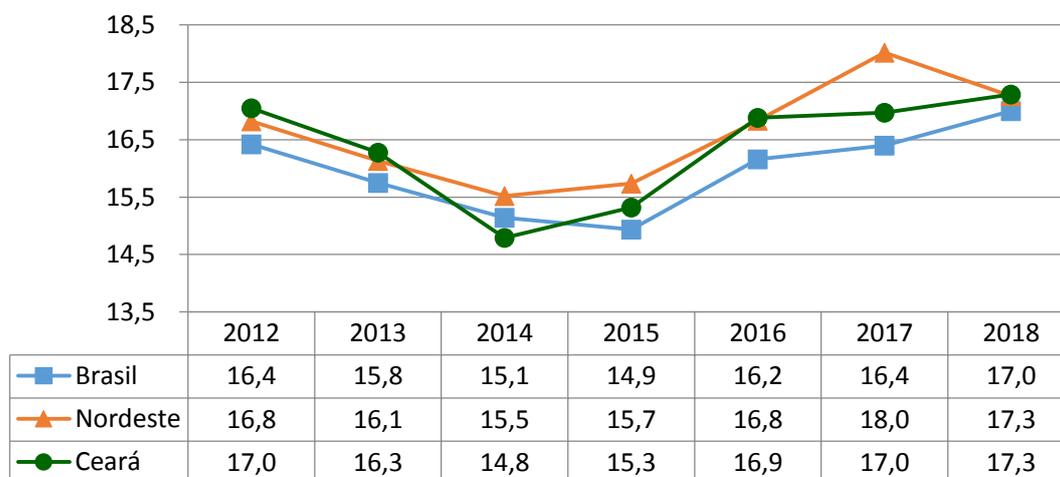


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Outra forma de avaliar a evolução da desigualdade é analisar o que aconteceu nos extremos da distribuição de renda. Com este objetivo, o Gráfico 5.7 apresenta a razão entre o rendimento *per capita* dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população. Ele apresenta trajetória semelhante ao do índice de Gini, mas com variações mais intensas tanto quando caiu, como quando aumentou. Com base neste indicador, o estado do Ceará apresentou o menor crescimento da desigualdade entre ricos e pobres. Em 2012, os mais ricos ganhavam 17 vezes mais que os mais pobres. Em 2018, essa diferença aumentou para 17,3 vezes, com o rendimento *per capita* médio dos 10% mais ricos sendo de R\$3.734 e o dos 40% mais pobres de R\$216.

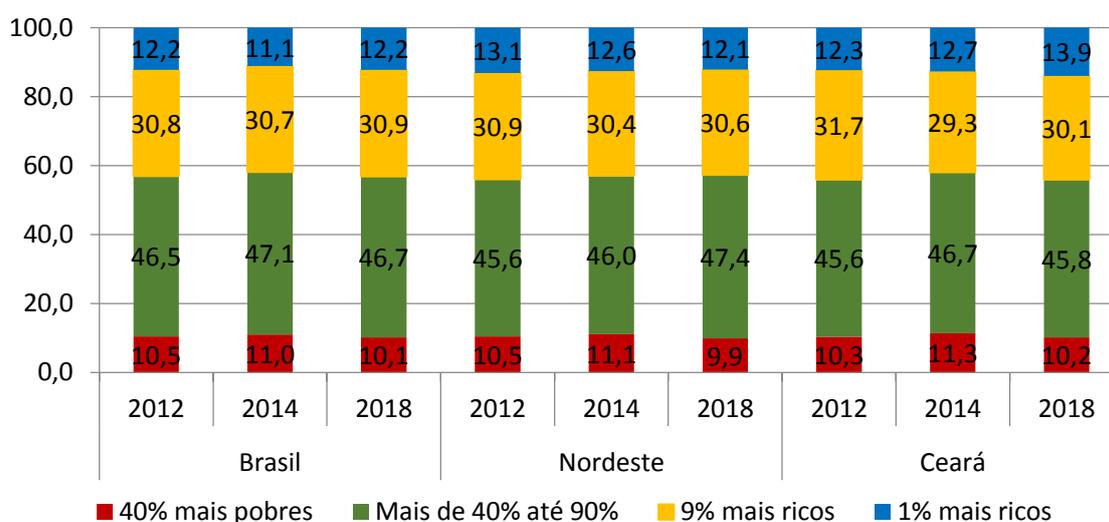
Gráfico 5.7: Razão entre o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.
 Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

O aumento da diferença entre ricos e pobres também pode ser expresso pela proporção da renda acumulada em cada grupo. O Ceará apresentou a maior participação do 1% mais rico na renda total em 2018. Já a menor parcela apropriada pelos 40% mais pobres era no Nordeste neste ano. Em 2012, os 40% mais pobres da população cearense detinham 10,3% da renda total do estado. Após um aumento, em 2014, o percentual voltou a ser praticamente o mesmo, no último ano. Por outro lado, o 1% mais rico continuou aumentando o seu quinhão na renda total, chegando a 13,9%, em 2018.

Gráfico 5.8: Percentual da renda *per capita* total acumulada por estratos da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012, 2014 e 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012, 2014 e 2018.
 Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Uma medida alternativa de mensurar a desigualdade na apropriação da renda é por meio do índice de Palma. Este índice é calculado como a razão entre a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres. Segundo este indicador, os 10% mais ricos da população do estado concentravam 4,32 vezes mais renda do que os 40% mais pobres em 2018. O mesmo ocorria no Nordeste. No Brasil, essa diferença era um pouco menor, 4,25 vezes.

5.3 Pobreza monetária

Nesta seção, serão apresentados os índices de pobreza que medem o percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a um valor específico, denominado linha de pobreza. Existem diversos critérios utilizados para a definição de linhas de pobreza. Pode-se tomar como referência o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta de bens e serviços para satisfazer as necessidades básicas, ou tomar a média desses valores nos países mais pobres para estabelecer comparações internacionais, ou a quantidade de recursos disponíveis para a definição da meta, do prazo de execução e do custo de uma política pública de erradicação da pobreza em um país. O importante é salientar que, para distintas linhas de pobreza, tem-se diferentes proporções de pobres em uma mesma população.

O Gráfico 5.9, a seguir, traz o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza de acordo com o critério internacional definido pelo Banco Mundial de US\$1,90¹⁵ por dia *per capita*, em Paridade de Poder de Compra (PPC-2011), utilizado para o monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Com base neste parâmetro, em 2018, 12,5% da população do estado estava vivendo na extrema pobreza. Em termos absolutos, eram mais de 1,131 milhão de cearenses nessa condição.

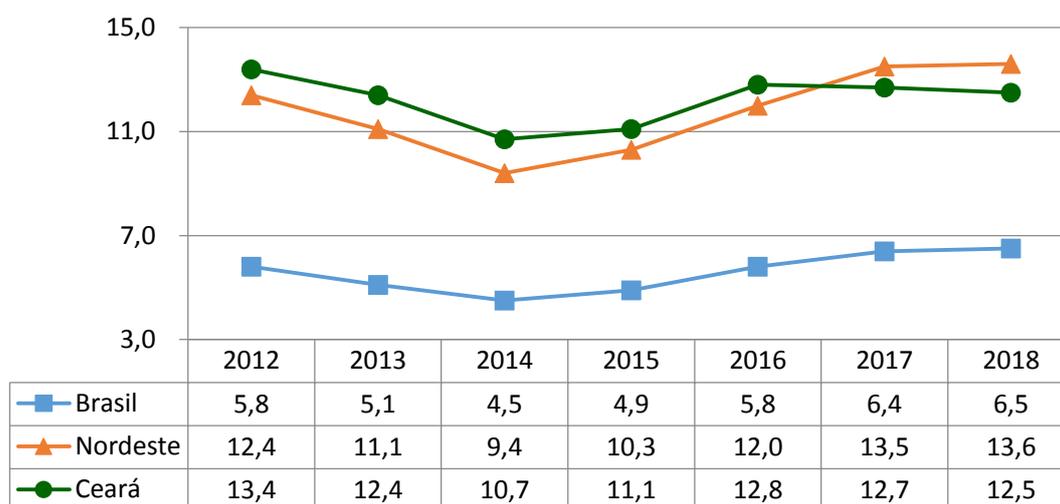
Para analisar a diferença entre o número ou o percentual de pobres de um período para o outro, após a conversão em reais, os valores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para preservar o poder de compra da moeda. Isso equivale a dizer que o valor da linha de extrema pobreza, em termos reais, permite que uma família adquira a mesma cesta de bens em anos diferentes. Por conseguinte,

¹⁵ A linha de pobreza expressa em dólares não pode ser convertida em reais utilizando apenas a taxa de câmbio nominal devido as diferenças no custo de vida e no nível de renda entre os países. Deve-se utilizar os fatores de conversão da PPC que expressam a quantidade de reais necessários para comprar a mesma cesta de bens em dólares nos EUA. Em 2018, esse valor era, aproximadamente, R\$ 145 mensais.

variações nos índices de pobreza extrema não são afetados por mudanças nos índices de preços, apenas por variações na renda média ou na sua distribuição.

No período 2012-2014, o percentual de cearenses na extrema pobreza caiu a uma taxa média de 10,6% ao ano. Apesar do bom resultado, o desempenho foi inferior ao regional (-12,9% a.a.) e ao nacional (-11,9% a.a.), no período pré-crise. No entanto, foi melhor no pós-crise. No período 2014-2016, o crescimento da extrema pobreza foi menor no Ceará (9,4% a.a.) do que no Brasil (13,5% a.a.) e no Nordeste (13% a.a.). E, após 2016, a extrema pobreza voltou a cair no estado, enquanto continuou a crescer na região e no país. Isso fez com que o percentual de pessoas em pobreza extrema no estado do Ceará se tornasse menor do que a média da Região Nordeste, a partir de 2017.

Gráfico 5.9: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 1,9 PPC 2011 – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018



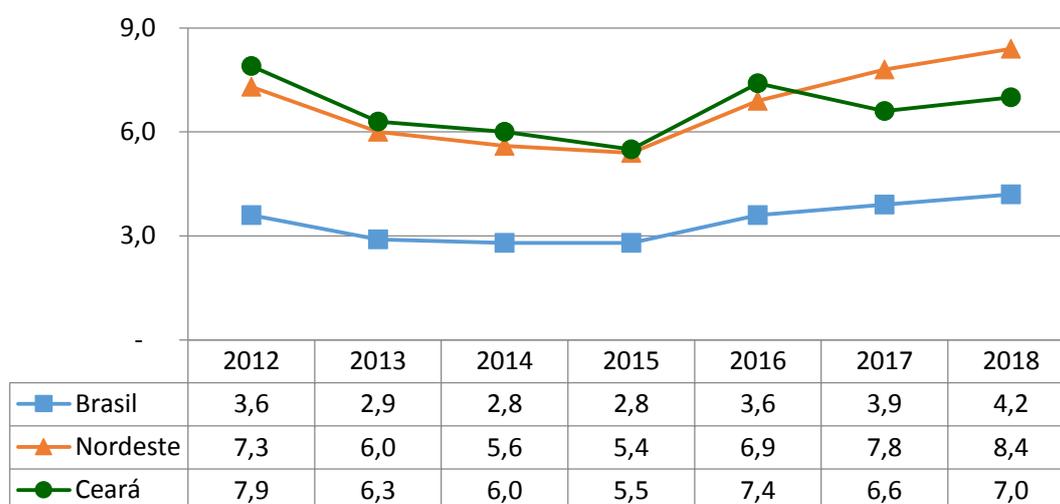
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Outro parâmetro utilizado para calcular o percentual de extremamente pobres na população brasileira foi estabelecido, em 2011, no lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, que tinha como meta erradicar a extrema pobreza, até 2014. O valor correspondia ao critério de corte do programa Bolsa Família para o recebimento do Benefício de Superação da Pobreza (BSP), criado para complementar a renda das famílias para que superasse R\$ 70 por pessoa (em reais de 2011). O argumento em defesa desse valor é que ele era, na época, próximo ao da linha de pobreza internacional utilizada para o monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O Gráfico 5.10 mostra o percentual de pessoas em extrema pobreza, de acordo com o critério definido pelo Bolsa Família. Em 2018, de acordo com o decreto nº 9.396, eram considerados extremamente pobres as pessoas com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 89. De acordo com esse critério, 7% da população do Estado se encontrava nessa condição, o que correspondia a, aproximadamente, 367 mil pessoas residentes em 194 mil domicílios cearenses.

Gráfico 5.10: Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza (critério definido pelo Bolsa Família) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: (1) Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

(2) R\$ 70 pelo decreto 7.492 de 02 de junho de 2011.

(3) R\$ 77 pelo decreto 8.232 de 30 de abril de 2014.

(4) R\$ 85 pelo decreto 8.794 de 29 de junho de 2016.

(5) R\$ 89 pelo decreto 9.396 de 30 de maio de 2018.

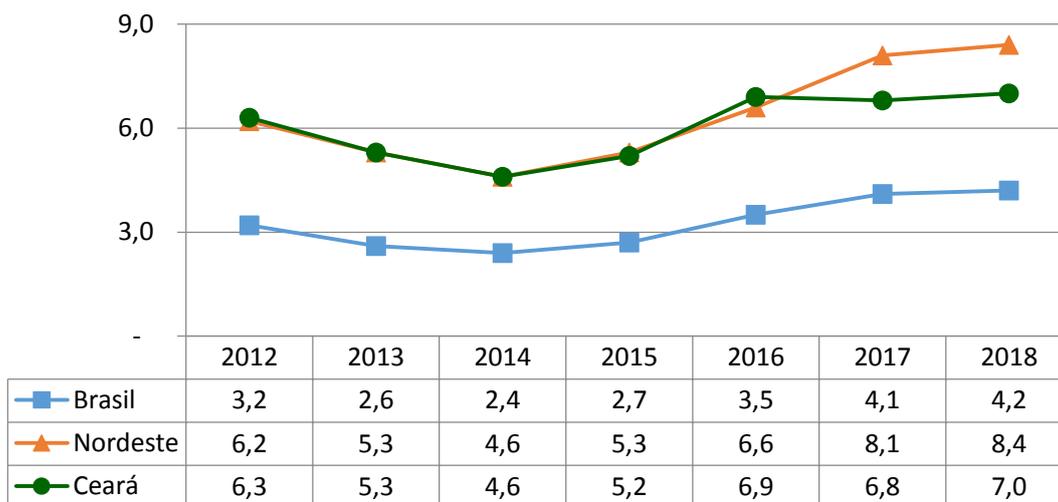
Embora os valores das linhas de extrema pobreza nacional e internacional fossem próximos, em 2011, com o passar do tempo, eles se tornaram cada vez mais distantes, uma vez que a linha nacional não foi corrigida pela inflação, mas atualizada em períodos de dois a três anos por meio de decretos presidenciais. De modo que, continua relevante por ser um dos critérios para o acesso ao principal programa de superação da pobreza do país¹⁶, mas dificulta a comparação entre períodos diferentes.

Com o objetivo de analisar a variação da extrema pobreza considerando o critério do Bolsa Família, o Gráfico 5.11 apresenta o percentual de pessoas com

¹⁶ O valor da linha de extrema pobreza do Bolsa Família também foi utilizado como um dos critérios para definição dos beneficiários do programa de transferência de renda estadual para famílias extremamente pobres com crianças menores de 6 anos, denominado Cartão Mais Infância Ceará, instituído no âmbito do Programa Estadual de Superação da Extrema Pobreza Infantil (LEI N.º 16.360, DE 17.10.17).

rendimento domiciliar *per capita* até R\$ 89 (em reais de 2018). Nesse caso, manteve-se fixo o valor da linha estabelecida pelo último decreto, e utilizou-se os deflatores da PNAD Contínua para inflacionar os rendimentos dos anos anteriores. Esse procedimento torna a série mais suave, com variações menos intensas, porque majora os valores passados da linha de extrema pobreza e, conseqüentemente, os índices de pobreza dos anos anteriores.

Gráfico 5.11: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* até R\$ 89 (em reais de 2018) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

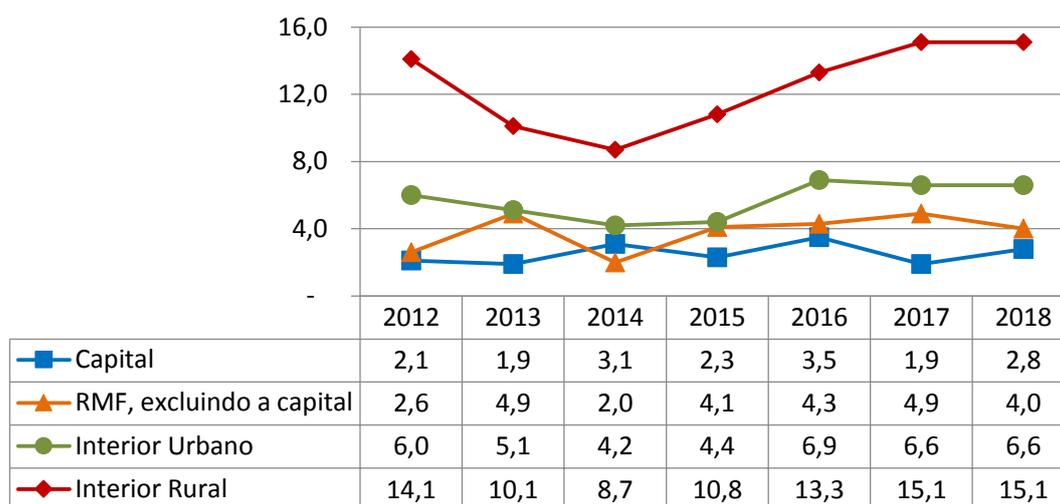
Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Nota-se que, embora os valores sejam diferentes, os índices de pobreza calculados a partir das linhas nacional e internacional apresentam trajetórias semelhantes. Após um período inicial de redução, também houve aumento no período 2014-2016. No entanto, diferentemente do resultado anterior, não há redução no percentual de cearenses na extrema pobreza, no período 2016-2018. Ao invés disso, houve uma tendência de estabilidade. Outro ponto a ser destacado é que praticamente não há diferença entre os índices do Ceará e do Nordeste, nos anos de 2012 a 2015. Mas, novamente, a extrema pobreza no estado passou a ser menor do que a média regional, também por esse critério. Portanto, é possível afirmar que a renda dos cearenses mais pobres cresceu mais do que a dos seus pares nordestinos, no último biênio.

O Gráfico 5.12 traz os percentuais de extremamente pobres por local de moradia, no Ceará. Observa-se que o crescimento da extrema pobreza, a partir de 2014, foi mais intenso nos municípios do interior do estado, principalmente, na zona rural. Esse resultado, no entanto, não pode ser atribuído exclusivamente à recessão econômica, uma vez que o estado do Ceará passou por um período prolongado de seca, entre os anos de

2012 a 2017. Mas é importante destacar também que, embora menos expressivo, houve crescimento da extrema pobreza em todas as demais áreas. Até mesmo na capital, onde não há uma tendência clara de crescimento, mas, ao invés disso, parece haver variações em torno de uma média constante ao longo do tempo.

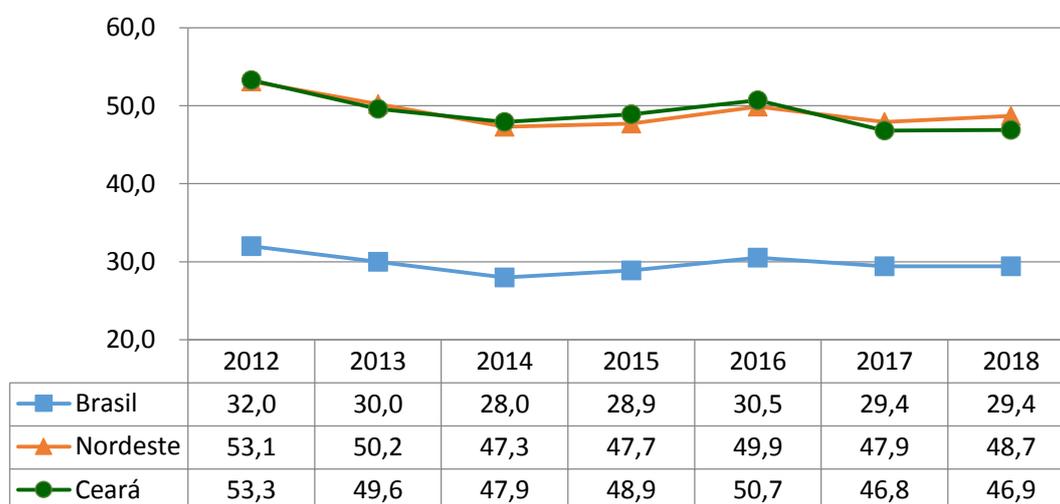
Gráfico 5.12: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* até R\$ 89 (em reais de 2018) – Capital, RMF, Interior urbano e Interior rural – 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Gráfico 5.13: Percentual de pessoas com rendimento domiciliar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2018



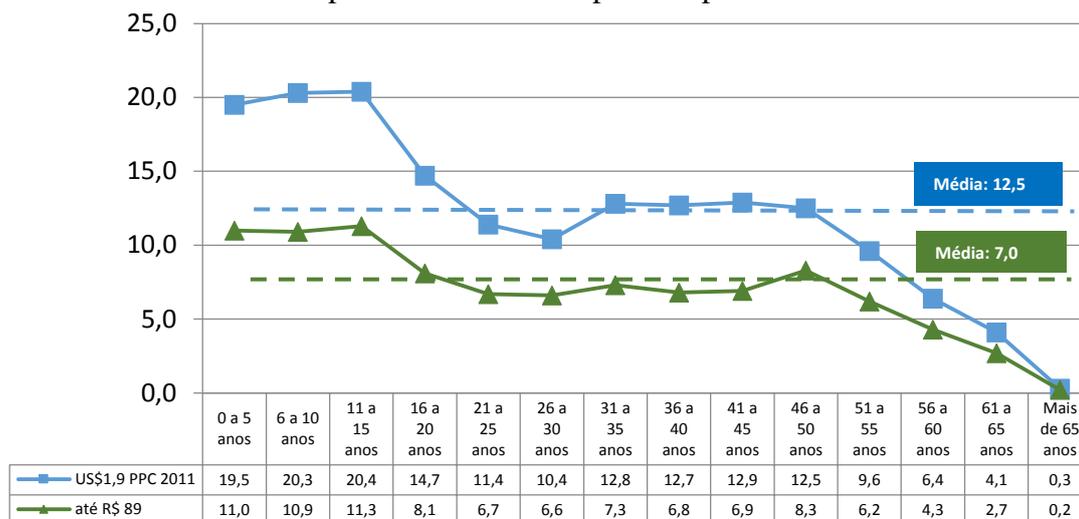
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

Outro parâmetro utilizado para mensurar a pobreza no estado corresponde à linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, estabelecida como critério para a definição do público alvo dos projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. O

Gráfico 5.13 apresenta o percentual de pessoas com rendimento domiciliar *per capita* inferior a R\$ 477, que correspondia a ½ salário mínimo de 2018. A adoção desse critério também dificulta a comparação entre períodos, uma vez que o salário mínimo foi corrigido por um índice superior a inflação durante vários anos. Ademais, este reflete mais as mudanças ocorridas no mercado de trabalho do que os resultados de uma política de redução da pobreza.

Gráfico 5.14: Percentual de pessoas em extrema pobreza por faixa etária – Ceará – 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

Por fim, o Gráfico 5.14 mostra a relação entre extrema pobreza e faixa etária utilizando as linhas de US\$ 1,9/dia por pessoa (PPC-2011) e o valor estabelecido pelo Bolsa Família, R\$ 89 *per capita*. Percebe-se, portanto, que as crianças nas faixas etárias iniciais são mais afetadas do que qualquer outro grupo populacional, independente da linha utilizada. Esse resultado demanda uma forte ação do Estado por meio de políticas públicas que ajudem a mitigar os efeitos adversos da pobreza extrema sobre o desenvolvimento infantil. É com esse objetivo que o governo do Estado do Ceará realiza o Programa Mais Infância Ceará.

ANEXO

Tabela 1: Taxas de crescimento do rendimento domiciliar per capita por décimos da distribuição de renda – Brasil, Nordeste, Ceará – 2012 a 2018.

Brasil						
Período	2013/2012	2014/2013	2015/2014	2016/2015	2017/2016	2018/2017
10 % mais pobres	9,3	9,5	-5,4	-13,3	-7,8	-1,5
Mais de 10% a 20%	5,0	7,6	-2,9	-7,1	-1,2	1,1
Mais de 20% a 30%	5,2	6,1	-2,6	-4,9	-0,6	2,0
Mais de 30% a 40%	5,3	5,5	-2,3	-4,7	-0,3	2,2
Mais de 40% a 50%	4,6	5,8	-2,7	-3,8	0,1	2,7
Mais de 50% a 60%	4,2	3,4	-1,6	-2,1	0,9	2,5
Mais de 60% a 70%	3,7	4,3	-2,2	-3,0	0,7	2,8
Mais de 70% a 80%	3,2	4,2	-2,6	-1,7	-0,3	3,8
Mais de 80% a 90%	3,4	4,0	-3,1	-0,3	-0,7	3,8
10% mais ricos	1,2	2,4	-4,1	1,6	0,2	5,3
Nordeste						
Período	2013/2012	2014/2013	2015/2014	2016/2015	2017/2016	2018/2017
10 % mais pobres	10,2	13,9	-7,8	-14,2	-14,6	-3,5
Mais de 10% a 20%	7,5	11,5	-4,6	-9,6	-7,8	-0,4
Mais de 20% a 30%	5,1	9,6	-2,3	-7,0	-3,2	1,1
Mais de 30% a 40%	5,4	8,6	-1,0	-7,1	-1,2	1,3
Mais de 40% a 50%	6,1	7,0	-1,1	-4,8	-0,1	1,2
Mais de 50% a 60%	6,5	6,8	-0,5	-5,2	-0,3	2,2
Mais de 60% a 70%	5,9	5,7	0,6	-4,7	0,0	2,8
Mais de 70% a 80%	5,4	3,6	0,9	-2,7	1,3	1,9
Mais de 80% a 90%	3,8	5,8	0,3	-5,0	0,9	4,3
10% mais ricos	1,8	5,8	-1,5	-1,8	2,4	-3,7
Ceará						
Período	2013/2012	2014/2013	2015/2014	2016/2015	2017/2016	2018/2017
10 % mais pobres	6,9	9,5	-5,3	-15,6	3,6	-1,5
Mais de 10% a 20%	3,0	13,8	-2,9	-10,5	3,3	0,4
Mais de 20% a 30%	3,3	9,8	-1,0	-6,0	2,7	2,3
Mais de 30% a 40%	5,1	6,5	-1,0	-5,0	4,5	0,6
Mais de 40% a 50%	8,8	3,2	-1,7	-3,4	3,6	2,3
Mais de 50% a 60%	7,9	2,7	-0,4	-4,4	3,3	3,6
Mais de 60% a 70%	5,6	1,6	0,8	-3,5	3,3	2,3
Mais de 70% a 80%	5,6	0,7	1,3	-3,6	3,7	2,0
Mais de 80% a 90%	1,3	-0,3	5,4	-7,8	7,5	2,0
10% mais ricos	-0,4	-0,7	1,7	2,1	4,1	2,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012 a 2018.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2018.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento é de suma importância para o Ceará. Não apenas como informativo para a população em geral, como também para formuladores de políticas públicas. As análises, aqui realizadas, dos principais indicadores sociais do estado do Ceará, e, principalmente, quando feita a comparação destes com a Região Nordeste e o Brasil, auxiliam a vislumbrar os desafios que ainda restam ser enfrentados pelo Estado, bem como as grandes conquistas que por ele já foram alcançadas.

Entre as áreas analisadas, demografia, condições de domicílios, educação, mercado de trabalho e pobreza e desigualdade, observou-se grande avanço em todas estas. O Ceará apresentou 18 indicadores com melhor desempenho do que o Nordeste e 2 melhores do que o Nordeste e o Brasil, totalizando em 77% dos 26 indicadores principais analisados. No entanto, para o ano de 2018, as conquistas na área de educação ganham destaque. Tal destaque deve-se ao fato de indicadores sociais apontarem para uma melhoria generalizada na área de educação, onde, além de reduzir fortemente o analfabetismo entre 2016 e 2018, houve também um aumento generalizado nos níveis de escolaridade alcançados. De forma comparativa em relação ao Brasil e Nordeste, destaca-se o aumento alcançado de 8,8% nos anos médios de estudos da população cearense, enquanto na população brasileira e nordestina o crescimento foi de 3,7% e 5,1%.

Não obstante, o Ceará ainda enfrenta grandes desafios quanto à oferta de serviços básicos de saneamento. Quase metade dos domicílios cearenses estão descobertos pelo abastecimento de esgotamento sanitário, bem como 20% da mesma, ainda continua sem o devido fornecimento de água. Tal quadro representa um grande obstáculo para o alcance do Objetivo 3 de Desenvolvimento Sustentável: assegurar uma vida saudável para todos, bem como o seu bem-estar em todas as idades, e representa empecilho à redução da taxa de mortalidade infantil, cujo valor em 2018 foi de 13,2 por mil nascidos vivos.

Ressalta-se ainda, que no período de tempo analisado, o país passou por uma grande desaceleração da economia que reverberou diretamente no mercado de trabalho e na pobreza, bem como na desigualdade de todo o país.

Apesar de apresentar patamares que superaram a Região Nordeste, os indicadores do mercado de trabalho do Ceará evidenciam uma dificuldade de absorção de mão de obra por parte do mercado. Isto ficou enfatizado pelo aumento (9,74%), entre 2012 e 2018, da população de 14 anos ou mais de idade fora da força de trabalho, mas classificada

como força de trabalho potencial, correspondente a 16,9% em 2018, bem como a proporção da população considerada como desalentada, 11,5%. Além da grande proporção da população de 14 anos ou mais de idade ocupada informalmente, 61,9%.

Além do mercado de trabalho cearense, a desigualdade e a pobreza monetária também sofreram impactos provenientes da desaceleração econômica. Estas áreas representam um dos maiores desafios a serem enfrentados por parte do Estado, uma vez que os respectivos indicadores evidenciam um aumento da desigualdade de renda, bem como o aumento, em um período recente, da pobreza monetária. Mais especificamente, a queda da proporção da renda acumulada pelos 40% mais pobres (10,2% em 2018), nos últimos anos, apresenta grande contribuição para o aumento da desigualdade no Ceará. Cabe ainda a ênfase de que, conforme analisado neste documento, as faixas etárias iniciais de crianças são as mais afetadas pelo fenômeno de pobreza e desigualdade no estado. Assim sendo, o governo deve concentrar ainda mais os esforços já realizados, como é o caso do Programa Mais infância criado em agosto de 2015.

Por fim, uma vez vislumbrados os desafios a serem superados, cabe ao Estado dar continuidade às políticas públicas que têm gerado bons resultados e dar início a novas que visem a redução ainda maior das desigualdades e a criação de oportunidades, visando o desenvolvimento econômico e a maximização do bem-estar da população como um todo.